

DIAGNÓSTICO DE SEGURANÇA PÚBLICA E SOCIAL

DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS



2018



RELATÓRIO FINAL DO DIAGNÓSTICO DE SEgURANÇA PÚBLICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

PROJETO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

IEAR – UFF

CURSO DE BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

EQUIPE:

COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Fabiano Dias Monteiro

PROFESSORES COLABORADORES:

Prof. Dr. Juan Vicente Bachiller

Prof. Dra. Soraia Marcelino

EXTENSIONISTAS de GRADUAÇÃO:

Ana Alves Viana

Gabriela Alves Pereira

BOLSISTA DE INICIAÇÃO TECNOLÓGICA (PIBIT/CNPq):

Daniel Octaviano

GRADUANDOS ORIENTANDOS EM TEMAS AFEITOS E/OU COLABORADORES:

Rejane Soares

Ana Beatriz Simões

Bárbara Ferreira

Francisco Siva

Edson Carioca

Vileneve Jr. Silva

PARCEIROS INSTITUCIONAIS:

(Superintendência de Segurança Pública de Angra dos Reis)

Major PM. Francisco Canella Seixas

José Carlos Ribeiro

Apresentação:

Não são poucos os desafios impostos à atividade científica, e em particular à pesquisa social, no Brasil. A falta de sistematização de dados oficiais confiáveis, a escassez de recursos e a resistência (nem sempre injustificada, é verdade) de muitos dos operadores das políticas públicas em descartar suas rotinas e métodos ao olhar acadêmico, merecem citação.

Há, contudo, tentativas de superar esses obstáculos. O desenvolvimento dos projetos de extensão, apoiados pelas universidades é uma delas. Iniciativa que, dentro de seus limites, busca honrar o papel contemporâneo das ciências e da academia, no Brasil e no mundo: aproximar o conhecimento das salas de aula, das bibliotecas e dos laboratórios do universo extra-acadêmico.

Abrem-se canais de diálogo. Derrubam-se os muros que, durante muito tempo, separaram a “vida acadêmica” da “vida das pessoas concretas”. Fato é, que “pessoas concretas” vivem dramas e dificuldades de toda ordem. Fato é, que a racionalidade iluminista não se apresenta mais como remédio pra todos os males – longe disso, aliás, como bem nos ensina o mestre Anthony Giddens, nos seus estudos sobre “reflexividade” e “(in)segurança”. Mas fato é, também, que saídas criativas podem ser forjadas no calor do contato produzido entre o conhecimento vindo das cadeiras universitárias e o saber prático e a sensibilidade cotidiana de quem “vive os problemas mais de perto”. No caso da pesquisa social, recorremos, quase sempre, aos gestores públicos, aos profissionais liberais, aos políticos, aos ativistas de movimentos sociais, aos líderes comunitários e tantos outros.

É com essa perspectiva e com essa esperança que chegamos ao Relatório Final do Diagnóstico de Segurança Pública e Social do município de Angra dos Reis. Certos que a violência urbana é um dos grandes desafios da sociedade brasileira no século XXI. Certos que seu enfrentamento extrapola, em muito, à ação isolada das polícias e da justiça, buscamos investigar as ações multisectoriais da administração angrense que demonstram potencial na prevenção da violência e na sedimentação de uma cultura da paz.

Assim, a ação extensionista em tela, que é apenas mais um passo de uma longa trilha, busca aliar dados quantitativos sobre a violência urbana com informações de complexidade não menos desafiadora, relacionadas à gestão das políticas de prevenção, sobretudo daquelas desenvolvidas em territórios vulneráveis, aqui compreendidos como áreas onde os serviços básicos são altamente fragilizados e onde o assédio do crime e da violência ameaçam, cotidianamente, o futuro e o bem estar, principalmente da população mais pobre e mais jovem.

Não se trata da ambição de encontrar “saídas” para os “problemas concretos” de “pessoas concretas”. Trata-se de acreditar que a reflexão conjunta sobre os problemas cotidianos contribui para a construção de “saídas possíveis”.

Introdução:

Para fins de organização, o presente relatório está dividido em três partes principais. Na primeira delas tratamos de uma breve contextualização social e histórica dos processos de crescimento populacional e de ordenamento urbano de Angra dos Reis, associados à inserção do município em projetos estratégicos de desenvolvimento econômico na Região Costa Verde.

Na segunda parte, nos debruçamos sobre os números da violência urbana no município e na Região Costa Verde, usando a estatística descritiva como norteador das reflexões, conclusões e direcionamentos possíveis. Nesse sentido, usaremos abundantemente os dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP-RJ), a quem agradecemos pela presteza e profissionalismo de sempre.

Num terceiro momento, trataremos dos dados qualitativos. Partimos da análise de trabalhos recentes sobre a criminalidade na região, chegando à exploração do material recolhido através de entrevistas semiestruturadas, *clippings* e reuniões de trabalho com operadores de diversos órgãos relacionados à prevenção da violência, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (bem como seus braços territoriais, os CRAS), Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Delegacia de Polícia Civil, além de lideranças comunitárias e animadores de projetos sociais.

Nesta parte do trabalho, incorporamos, também, impressões e reações edificadas, ao longo dos anos de 2016/2017, dentro da execução do projeto de Inovação UFF/PIBINOVA, “Mapeamento de Recursos Institucionais e de Mecanismos de Prevenção da Violência na Região Costa Verde”, o que nos permite um acúmulo mais robusto de interlocutores.

São também incorporadas, nesse compartimento do relatório, as contribuições de alguns dos orientandos de TCC, que, com suas pesquisas individuais, na área de segurança pública, terminaram sendo agentes de capilarização da pesquisa, atuando em parceria com as extensionistas e nos revelando importantes aspectos da realidade de bairros violentos de Angra dos Reis.

As atividades de campo dos alunos da disciplina “Planejamento e Avaliação em Gestão de Políticas de Segurança Pública”, ministrada no curso de Políticas Públicas do IEAR/UFF (anos de 2016, 2017 e 2018), também revelaram dimensões muito interessantes na compreensão dos recursos angrenses de prevenção da violência. Nesse contexto, registro, aqui, meu agradecimento a todos os alunos que participaram dessa disciplina e aceitaram, generosamente, se lançar numa atividade de campo que terminava tendo um propósito maior: ajudar a compor um quadro sinótico das condições de enfrentamento da violência em bairros como: Japuíba, Monsuaba, Sapinhatuba III e Jacuecanga/Verolme/BNH.

PARTE I

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE ANGRA DOS REIS

Sendo uma das cidades mais antigas do país, fundada em 1502, Angra dos Reis pode ser considerada como um dos municípios que ilustra bem a trajetória social e econômica da Região Sudeste, em uma análise de longa duração, que vai do período colonial até o período do chamado “milagre econômico”, nos anos 1970.

Cravada entre mar e serra, dona de uma beleza natural exuberante, que faz da cidade, nos dias de hoje, um polo turístico de abrangência internacional, atraindo desde os interessados no turismo comercial – que muitas vezes assume feições predatórias – até os adeptos do chamado ecoturismo de base comunitária, a então vila, no período do Brasil colônia, teve seu desenvolvimento guiado pelas determinações das ordens régias portuguesas, sendo elevada à categoria de cidade no ano de 1835, já sob a égide do Império.

A região teve na cana-de-açúcar e na pesca suas principais atividades econômicas, até o século XVIII, fato muito favorecido pelos embarcadouros naturais, que permitiram o desenvolvimento da atividade portuária, facilitando escoamento da produção. Essa característica terminaria inserindo Angra dos Reis no ciclo do café, sendo base de exportação dos grãos vindos do Vale do Paraíba. Esse protagonismo duraria até meados do século XIX, quando a região entra em decadência, em função da queda de produção cafeeira, fato agravado pela diminuição do volume de escravos empregados como mão de obra e pela construção da estrada de Ferro D. Pedro II, que ao ligar Rio e São Paulo pelo vale, isolava Angra de uma importante rota comercial (TCE/FIRJAN, 2015).

Essa contextualização histórica revela um diapasão que terminaria se repetindo, ao longo do século XX: a inserção de Angra dos Reis em contextos de estratégicos que, não necessariamente, passavam por lógicas sustentáveis de desenvolvimento e interesse local.

Esse seria o caso, por exemplo, da instalação das fábricas de sardinha, na Ilha Grande, nos anos 1930, e o da transformação de uma antiga fazenda, usada como lazareto, numa colônia penal para presos políticos, na década de 1960 (TEODORO DA SILVA, 2016).

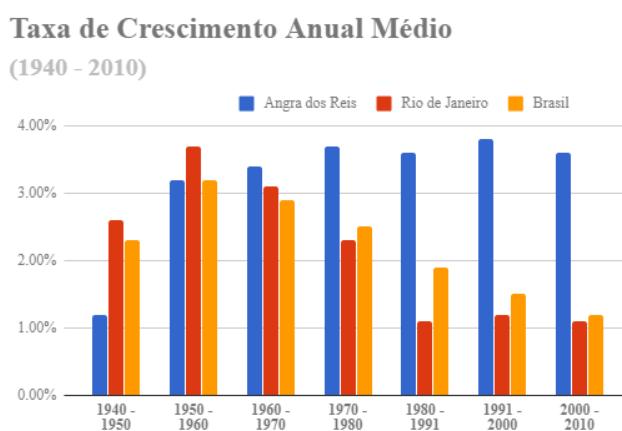
Outros grandes empreendimentos de caráter desenvolvimentista marcaram a região, ao longo do século XX, como: a construção do trecho de ligação entre o município e a Rodovia Rio-São Paulo (1945); a construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101) (1972) (duas iniciativas que recolocavam o

município no roteiro de pessoas e mercadorias em fluxo entre as duas maiores cidades do país); a construção do Terminal Marítimo TEBIG da Petrobrás (1977); a construção do estaleiro Verolme (1960) e, finalmente, a construção das usinas nucleares de Angra I (1972) e Angra II (1985) (TCE/FIRJAN, 2015).

Tal como postulam os teóricos da chamada “sociologia do desenvolvimento” (BRANDÃO LOPES, 1972), não foi tão incomum que, no contexto da expansão industrial brasileira, novos polos industriais tenham atraído contingentes populacionais em busca de emprego que extrapolavam a capacidade de absorção pelo mercado – fosse em função da quantidade nominal de postos de trabalho, fosse pela qualificação técnica exigida. Tal fenômeno teria dado origem aos chamados “inchaços urbanos”, caracterizados, mormente, pelo crescimento desordenado da malha urbana e pelo surgimento de uma massa de trabalhadores subempregados ou desempregados, que terminavam orbitando em torno de atividades informais.

Como podemos observar no GRÁFICO 01, desde os anos 1940, as taxas de crescimento populacional anual em Angra dos Reis apresentam tendência oposta àquelas observadas no estado do Rio e no âmbito nacional. Ao passo que em Angra as taxas partem de 1% para mais de 3% (ao ano), ao longo da série histórica, no estado do Rio de Janeiro e no Brasil elas operam de forma exatamente contrária.

GRÁFICO 01 – TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL

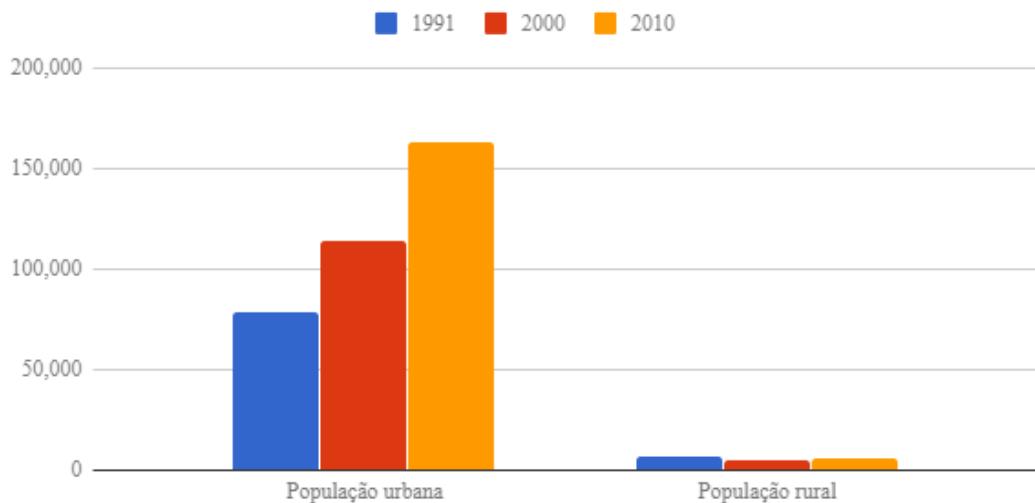


Fonte:IBGE/Superintendência de Pol. Públicas de Angra dos Reis

Nota-se que o GRÁFICO 02 demonstra, também, um crescimento progressivo da população urbana angrense, nas últimas décadas, em detrimento de uma estagnação da população rural.

GRÁFICO 02 – PERFIL DA POPULAÇÃO

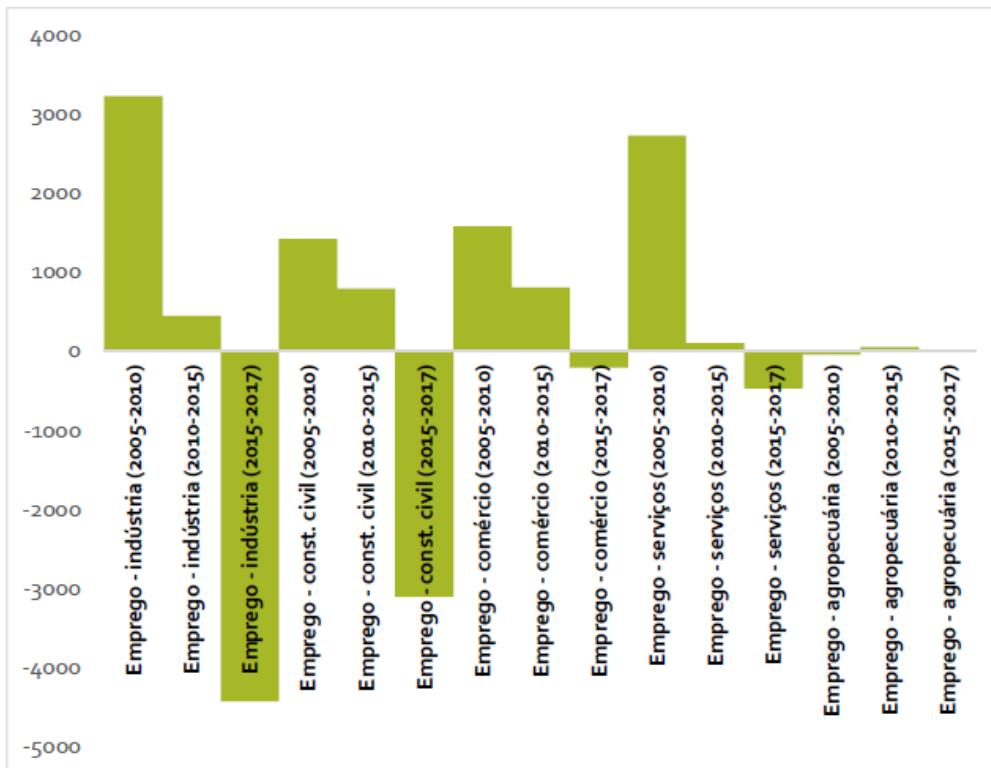
População Urbana e Rural (1991 - 2010)



Fonte: IBGE/Superintendência de Pol. Públicas de Angra dos Reis

Apesar da observação da tendência a uma manutenção da taxa de crescimento anual da população e do crescimento da população urbana – em oposição à estagnação da população rural – notamos, com o GRÁFICO 03, uma retração nos postos de trabalho entre os anos de 2015 e 2017 nos setores da indústria e da construção civil. O setor de serviços teria sido também afetado no período, porém de forma mais branda.

GRÁFICO 03 – VARIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO POR SETOR PRODUTIVO



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego

Destarte, a partir da análise dos dados da última década identificamos uma tendência à manutenção do ritmo de crescimento da população, uma tendência à concentração urbana, acompanhadas, porém, de flutuações significativas na disponibilização dos postos de trabalho, sobretudo no setor industrial e da construção civil, que seriam os mais afeitos a vocação desenvolvimentista que teria motivado o crescimento populacional do município, vivenciado desde as últimas décadas do último século XX.

Conforme apontam as especialistas em desenvolvimento tecnológico, Claudiana Jesus e Leda Gitahy (2010), não seria a primeira vez que as alterações no setor produtivo apresentariam impacto profundo sobre as dinâmicas sociais do município. Descrevendo o processo de sucateamento do setor naval no período pós-crise do petróleo de 1980, elas argumentam:

A instalação do estaleiro holandês Verolme (anos 1960) modificou totalmente a dinâmica econômica de Angra dos Reis. Com a crise da indústria naval chegou a se tornar um espaço-fantasma. Em 1999, impulsionado pela retomada do setor, o consórcio Fels Setal (controlado pelos grupos Keppel Fels, de Cingapura, e Pem Setal, do Brasil) reativou o Verolme, rebatizado como Brasfels em março de 2000 (Grifos nossos)

É bem verdade que indicadores que reúnem variáveis importantes, como renda, longevidade e escolaridade, como o Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), não alocam Angra dos Reis em uma posição tão desprivilegiada em relação a Paraty e Mangaratiba (QUADRO 01).

QUADRO 01 – IDHM COMPARATIVO DA REGIÃO COSTA VERDE COSTA VERDE

Comparativo Costa Verde – Indicadores e cifras gerais	
% de Domicílios com banheiro e água encanada	
Mangaratiba	98,3
Angra	95,4
Paraty	94,0
Área	
Mangaratiba	347,77km ²
Angra	822,51km ²
Paraty	931,01km ²
Habitantes/Km²	
Mangaratiba	104,4hab./km ²
Angra	205,8hab./km ²
Paraty	40,36hab./km ²
IDHM (2010)	
Mangaratiba	0.753
Angra	0.724
Paraty	0.693

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

Contudo, faz-se mister frisar que, tendências como a intermitência da atividade econômica, gerando movimentos pendulares de fluxo de pessoas em busca de emprego, e o ritmo constante de crescimento populacional comprometem a capacidade de gestão pública e podem incidir negativamente sobre os índices de violência, sobretudo diante da incapacidade dos municípios em orquestrar políticas integradas de segurança pública, envolvendo as polícias militar e judiciária (administradas no âmbito estadual) e a polícia federal, que poderia capitaneiar ações de

desarticulação de facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas e armas.

Como bem sugerem os organizadores do Mapa da Violência Brasil, de 2015 :

Consolida-se, durante a década de 1990, um processo de desconcentração econômica que origina a emergência de novos polos, que atraem investimentos, trabalho e migrações. Somado a esse processo, as deficiências e insuficiências do aparelho do Estado e da Segurança Pública contribuem para a atração da criminalidade e da violência nesses novos polos.

Autores como Zaluar (2007), destacam ainda que o processo de migração, associado à busca por postos de trabalho, seguido pela frustração do desemprego (ou subemprego) incidiria de forma mais impactante nos grupos mais jovens (filhos e filhas dos trabalhadores em dificuldades de adaptação a uma nova realidade), que se encontram, nos dias atuais, pressionados pela sedução do consumo e por novas formas de identidade e comportamento, forjados em escala global.

Segundo a autora (ZALUAR, 2007, p. 535)

Tampouco a urbanização muito rápida, além de não garantir emprego para todos os migrantes e, depois, para os seus filhos, não permite que as práticas sociais urbanas da tolerância e civilidade sejam assimiladas entre os novos habitantes das cidades. Entretanto, por conta dos processos já mencionados de crise da autoridade e de difusão das novas identidades e estilos juvenis globais, rapidamente corrói os valores morais tradicionais, já não mais interiorizados pelas novas gerações da cidade.

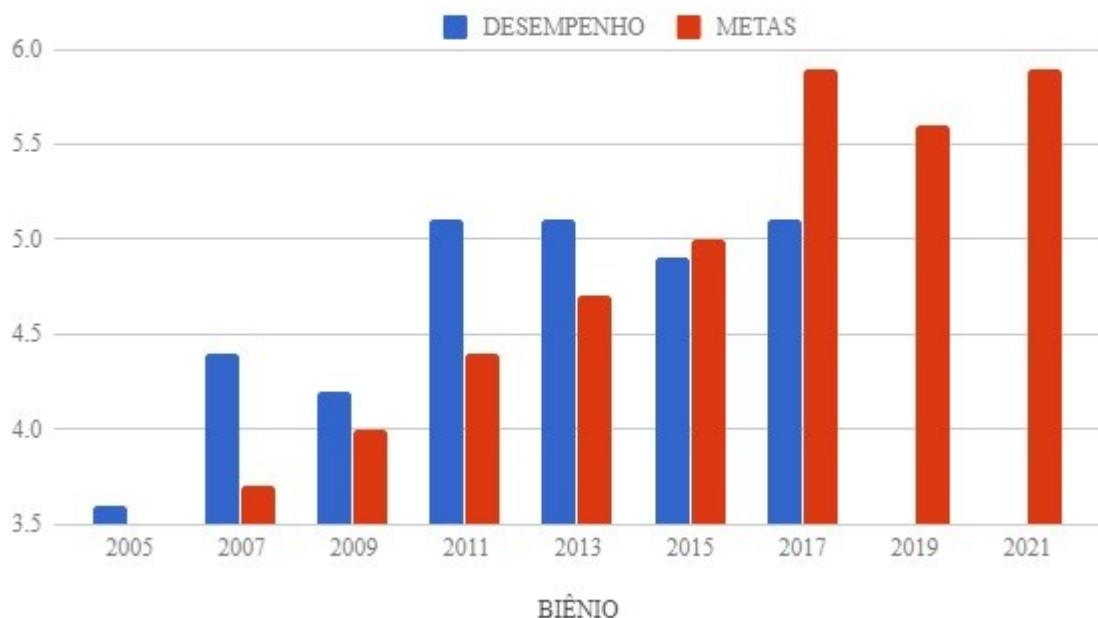
Diante do curso da argumentação, faz-se necessário especular sobre a relação entre as capacidades institucionais do município, no que diz respeito à inclusão dos grupos vulneráveis (sobretudo jovens), e a contenção da violência e criminalidade. Há de se observar que não é intenção do Diagnóstico estabelecer uma relação de causalidade direta entre as duas variáveis, o que seria uma simplificação grosseira da tentativa de compreensão do fenômeno da violência. Todavia, tal como nos sinalizaram gestores, lideranças comunitárias e autoridades do sistema de justiça criminal, há fortes indícios de que as dificuldades em inserir os jovens de comunidades violentas no mercado de trabalho ou em projetos que contribuíssem para seu ciclo educacional/formativo, representariam uma espécie de “brecha” para a influência do tráfico de drogas.

Partindo dos dados sobre acesso à educação e qualidade do ensino, observamos que o município vinha superando as metas de desempenho do Ensino Fundamental I (GRÁFICO 04), desde o início do século, condição que se inverte a partir do ano de 2015.

Quanto ao número de unidades educacionais em funcionamento, percebemos que ele se mantém inalterado ao longo dos últimos seis anos, o mesmo acontecendo com as unidades conveniadas (GRÁFICO 05).

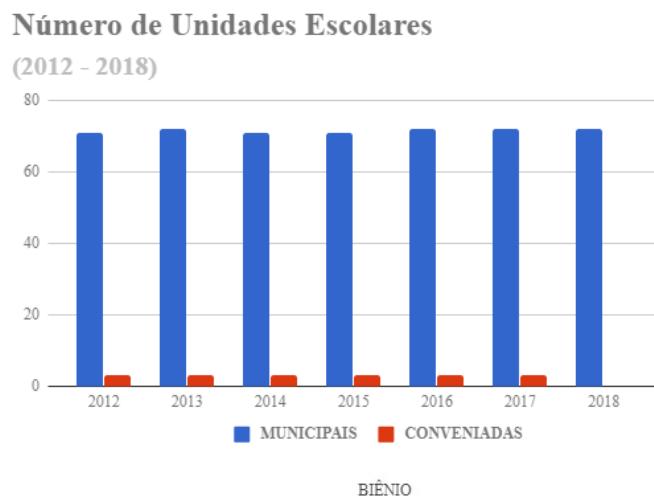
GRÁFICO 04 – DESEMPENHO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Metas e Desempenho - IDEB Ensino Fundamental I (2005 - 2021)



Fonte: INEP/SPP/Angra dos Reis

GRÁFICO 05 – NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES



Fonte: INEP/SPP/Angra dos Reis

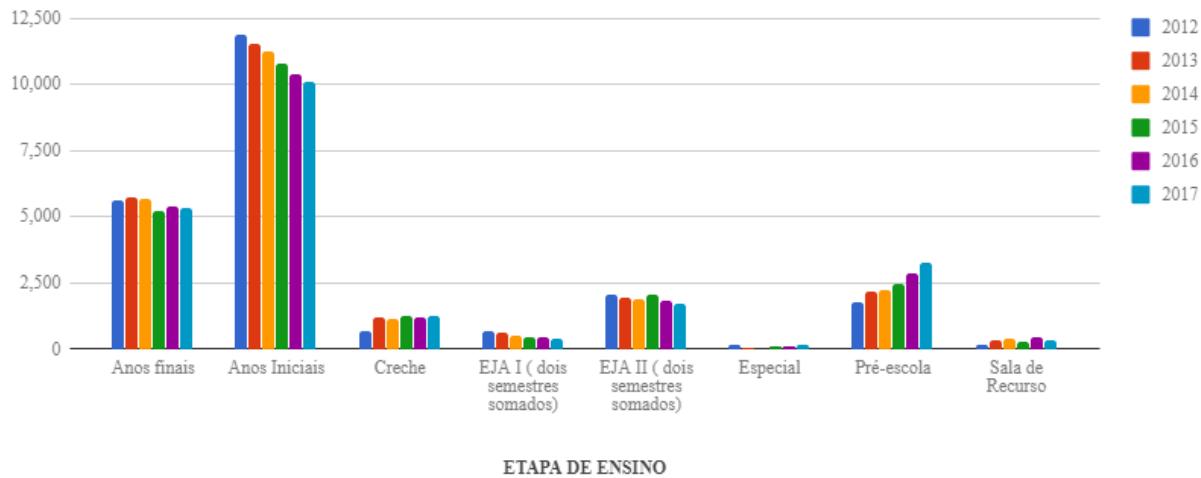
Ao passo que o número de unidades escolares se mantém estável, observamos um decréscimo no número de matrículas nos anos iniciais e um aumento de matrículas na pré-escola e uma constância no número de matriculados (GRÁFICO 06) nos anos finais. Valeria averiguar se as matrículas nos anos finais estariam associadas à migração de famílias vindas de outros estados e cidades, fazendo com que crianças e adolescentes que tenham iniciado o percurso formativo em outros lugares, estejam vindo concluir-lo em Angra.

Caso essa tendência se confirme, é importante que a gestão municipal se mantenha atenta aos investimentos em educação em períodos de aquecimento das atividades produtivas: ampliação do número de vagas escolares, contratação de novos professores, etc. Até o momento, o que podemos constatar é uma variação bastante acentuada no empenho de recursos na área de educação, apesar da estabilidade do número de unidades escolares (GRÁFICO 07).

GRÁFICO 06 – REGIME DE MATRÍCULAS POR NÍVEL DE ENSINO

Número de Matrículas por Nível de Ensino

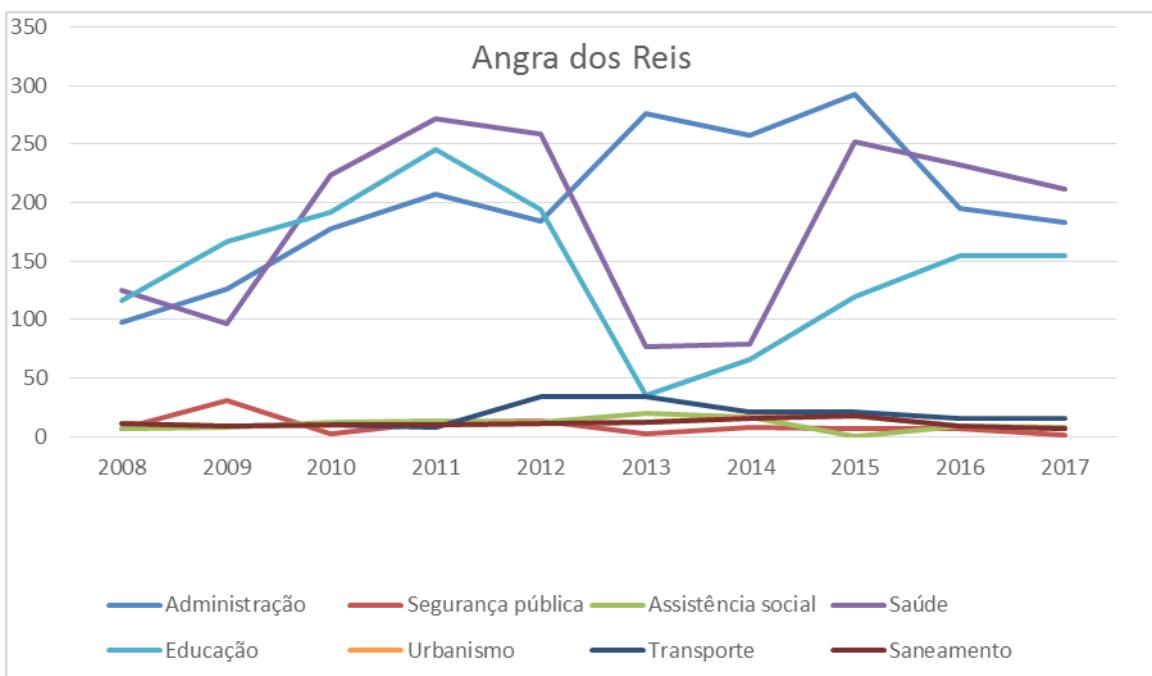
(2012 - 2017)



Fonte: INEP/SPP/Angra dos Reis

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação (2018), das 71 unidades escolares apenas cinco oferecem ensino em tempo integral estas estão localizadas no bairros Monsuaba, Morro da Glória 2, Itanema, Sapinhatuba III e uma na Ilha Grande. Nove das escolas são infantis e nove participam do programa mais educação. Observando os problemas sociais do município e considerando a maior vulnerabilidade das populações mais pobres podemos avaliar que a implantação de mais escolas em tempo integral é uma maneira manter essas crianças e jovens mais tempo no sistema educativo e consequentemente menos temponas ruas. Ainda nesse sentido vale ressaltar a importância da implementação de atividades extra-curriculares, o município conta com apenas quatro polos de musicalização atendendo ao todo 70 alunos, há, também, um projeto teatral, no bairro centro, que contempla oitenta pessoas. O município também desenvolve projetos esportivos, de diferentes modalidades, em vinte e quatro bairros, contemplando um total de 7.765 pessoas (Secretaria Desenvolvimento Social e Pormoção da Cidadania, 2018). Contudo, não foi possível verificar a faixa etária dos participantes dos projetos, seria interessante que os mesmos fossem voltados prioritariamente para crianças, adolescentes e jovens.

GRÁFICO 07 – PRINCIPAIS DESPESAS POR FUNÇÃO (EM MILHÕES DE R\$. VALORES CORRREGIDOS)



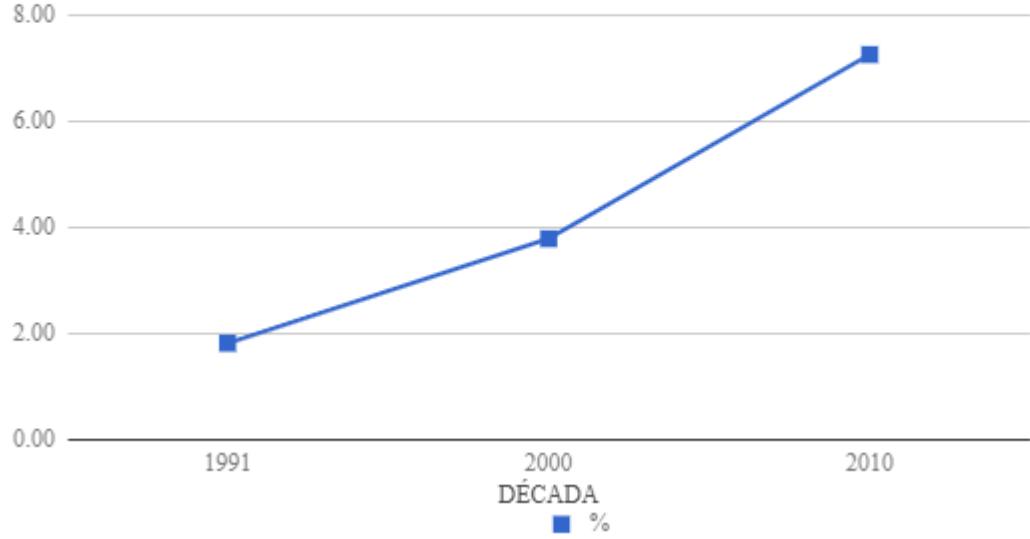
Fonte: Conjuntura Costa Verde

Ainda tomando educação como um fator de inclusão de grupos em situação de risco ou vulnerabilidade, observamos que o acesso ao ensino superior, no município de Angra dos Reis, tem se tornado mais acentuado, o que, provavelmente, está associado a ampliação do número de estabelecimentos de ensino universitário na cidade, nos últimos dez anos (IEAR/UFF, Cederj e Estácio de Sá, seriam exemplos) (GRÁFICO 08).

Em contrapartida, torna-se mais preocupante a disponibilização do acesso à educação para os setores mais vulneráveis, que enfrentam consideráveis dificuldades para concluir o ensino fundamental e médio, traçando um percurso formativo, não raro, entrecortado pela repetência e pela evasão escolar. Nesse caso, nos alarma a queda do número de instituições dotadas de projetos de educação de jovens e adultos (EJA) (GRÁFICO 09).

GRÁFICO 08 – ACESSO AO ENSINO SUPERIOR (1991-2010)

**Evolução da Taxa Média de Frequência liquidada no Ensino Superior
(1991 - 2010)**

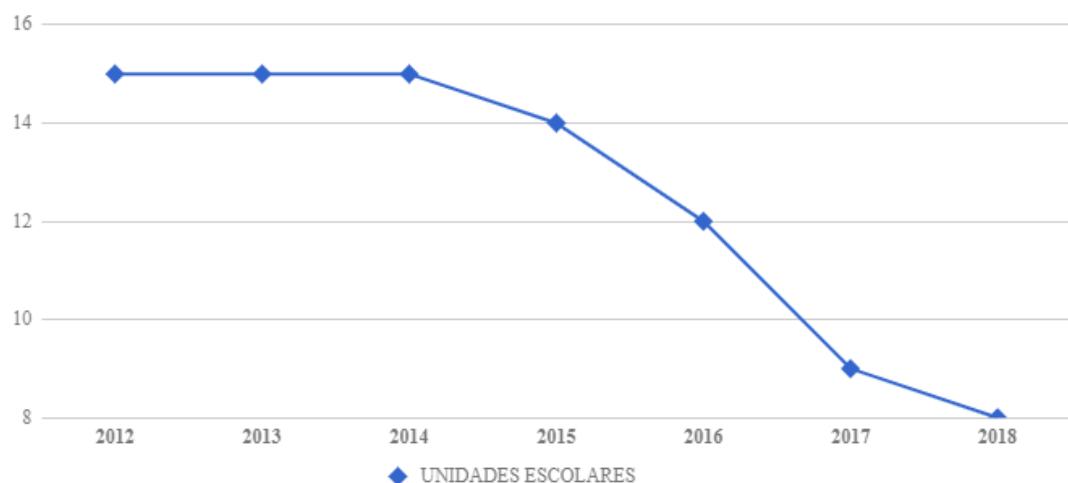


Fonte:

INEP/SPP/Angra dos Reis

GRÁFICO 09 – DISPONIBILIZAÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

**Número de Unidades Escolares com EJA
(2012 - 2018)**



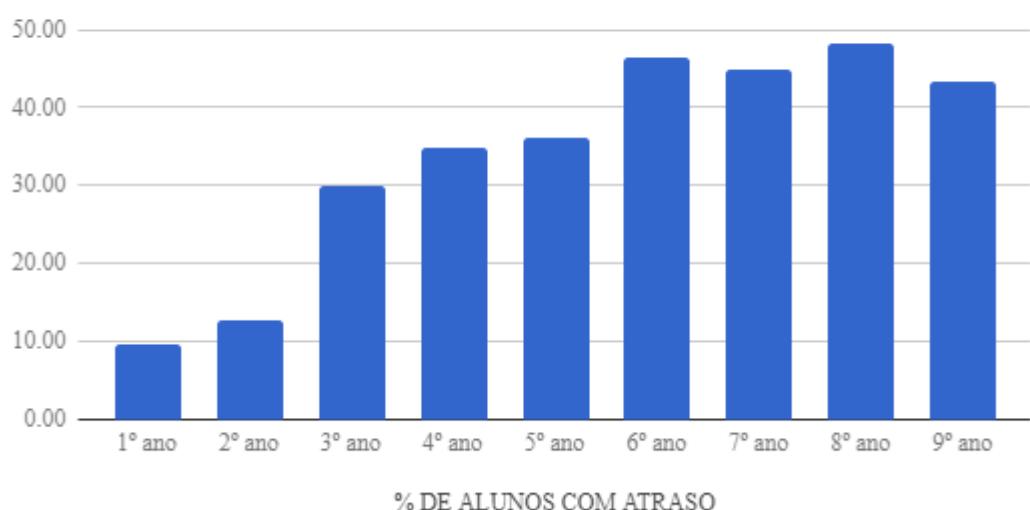
Fonte: INEP/SPP/Angra dos Reis

Soma-se a esse cenário o crescimento da distorção série-idade (GRÁFICO 10) à medida que se acumulam os anos de estudo (no 8. Ano, quase metade dos alunos já se encontram defasados). Há de se registrar que a distorção série-idade pode ter forte influência sobre a evasão escolar, onde se ratifica a importância dos programas de retomada do percurso formativo, como o EJA.

GRÁFICO 10 – DISTORÇÃO SÉRIE-IDADE (2017)

Distorção de Idade por Série

2017



Fonte: INEP/SPP/Angra dos Reis

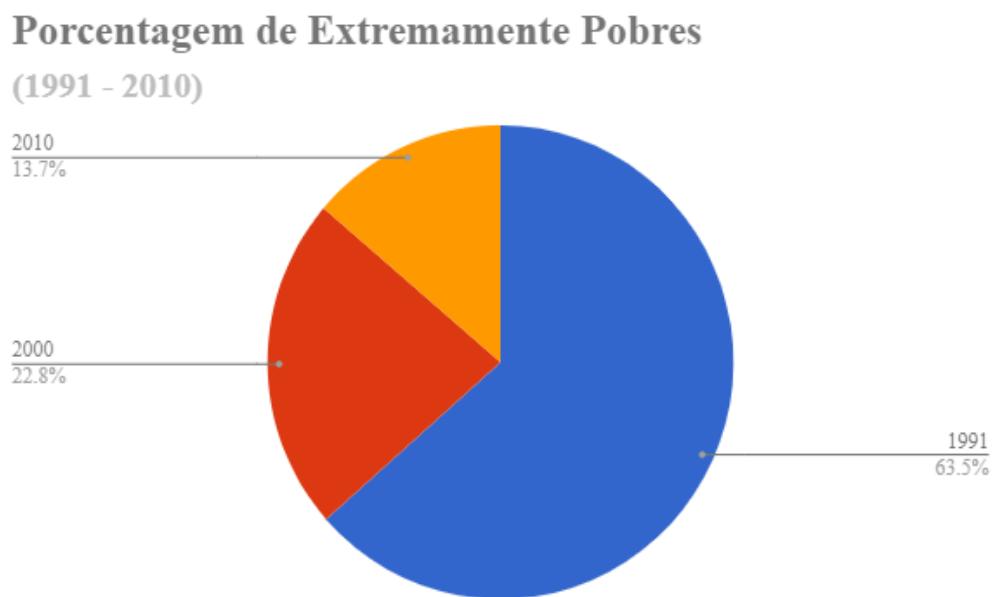
Apesar da queda acentuada na última década, cerca de 30% da população se encontra atrelada ao mercado informal. Mais de 30% não possui renda mensal e cerca de 14% dos angrenses se encontram em situação de pobreza extrema (GRÁFICOS 11, 12 e 13).

GRÁFICO 11 – TAXA DE OCUPAÇÃO INFORMAL (2010)



FONTE: Atlas Brasil 2013 - Censo 2010 | Organizado pela Superintendência de Políticas Públicas de Angra dos Reis

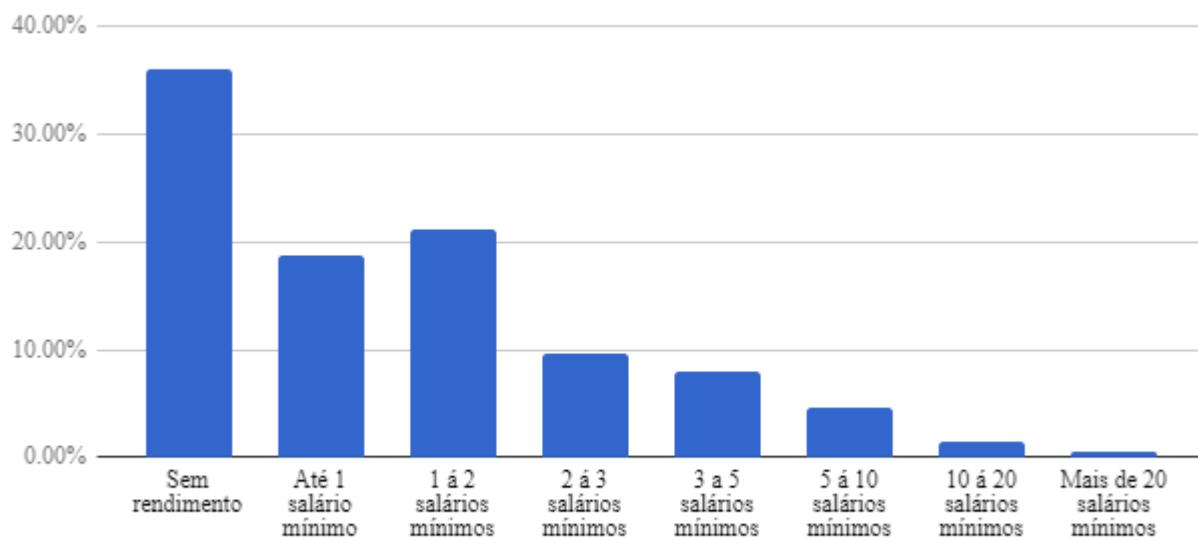
GRÁFICO 12 – PERCENTUAL DOS EXTREMAMENTE POBRES (1991-2010)



FONTE: PNUD

GRÁFICO 13 – RENDIMENTO NOMINAL MENSAL

Pessoas por Classe de Rendimento Nominal Mensal



FONTE: IBGE | Organizado pela Superintendência de Políticas Públicas de Angra dos Reis

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PARTE I

A partir dos dados compilados e das fontes examinadas, percebe-se que a dinâmica econômica do município de Angra dos Reis encontra-se afetada pela disponibilização de vagas no mercado trabalho em setores cujo potencial de desenvolvimento e empregabilidade tem oscilado, consideravelmente, nos últimos anos.

Alguns indicadores delineiam um cenário otimista, quanto ao desenvolvimento social do município, como a redução dos ocupados no setor informal e o aumento no número de ingressos no ensino superior. Indicadores síntese, como o IDHM revelam que o município não apresenta distorção significativa em relação à Região Costa Verde, chegando ao índice de 0.724 contra 0.753 de Mangaratiba e 0.693 de Paraty.

Todavia, quando compreendemos o caso angrense como o de um município profundamente afetado por taxas anuais de crescimento populacional que se mantém acima da média nacional e

estadual e que, aparentemente, são afetadas por movimentos pendulares de expansão e retração de setores como o da construção naval e do turismo, nos condicionamos a um olhar mais cuidadoso em relação às políticas de inclusão social, sobretudo daquelas que deveriam estar orientadas à população mais jovem e mais vulnerável.

Neste contexto, desperta atenção a redução das unidades de ensino com o programa de educação de jovens e adultos – reconhecidamente um canal de retomada do percurso formativo para aqueles que abandonaram a escola precocemente – e alto percentual de indivíduos sem rendimento.

Retomando os apontamentos de autores como Zaluar (2007), observamos que é altamente recomendável o desenvolvimento de políticas focais, direcionadas aos processos de qualificação profissional e geração de renda para os grupos que se encontram excluídos das oportunidades do mercado, mas que tiveram sua trajetória, em algum momento, orientada pela expectativa de inserção e ascensão através de setores que, nas últimas décadas, apresentam observável oscilação, como é o caso dos setores da indústria e da construção civil.

PARTE II

DINÂMICAS CRIMINAIS DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS

Neste tópico trataremos, especificamente, das tendências das ocorrências criminais em Angra dos Reis, tendo por base: (I) a comparação com outros municípios da Região Costa Verde; (II) a evolução histórica na última década e (III) a decomposição de algumas práticas ilícitas por bairros.

O alinhavo destes números e sua contextualização sócio-histórica remetem ao aumento da sensação de insegurança no município e à associação do crescimento da violência com o processo de ocupação de favelas da capital (as Unidades de Polícia Pacificadora da capital -UPPs), criadas em 2008, pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, fato que, supostamente, teria provocado a ampliação da atuação de traficantes em cidades do interior do estado.

Neste sentido, a análise dos dados, busca fornecer respostas a essas representações locais sobre a expansão da violência e da criminalidade em Angra como epifenômeno das estratégias adotadas

na capital e na Região Metropolitana do Rio.

Já nesse momento, é possível afirmar que o presente diagnóstico não se alinha com a perspectiva, amplamente difundida na mídia angrense e entre muitos dos gestores entrevistados, de que os níveis de criminalidade violenta estejam aumentando vertiginosamente no município, desde o processo de ocupação militar de favelas da capital, em 2008.

É plausível imaginar que a sensação de insegurança entre a população venha aumentando, gradativamente, desde então, o que parece ser impelido: (a) pela percepção do crescimento do volume total de ocorrências (o que não vem acompanhado de uma percepção do crescimento da população); (b) pelo papel da imprensa, sobretudo dos jornais locais, que investem pesado na “espetacularização da violência”; (c) pelo nível de violência empregado nas ações criminosas (ônibus incendiados na BR-101, aumento da letalidade por parte dos criminosos, etc.).

Com a finalidade de “desmistificar” algumas das percepções correntes sobre a criminalidade angrense, acreditando que essas distorções afetem a ação da classe política e dos gestores, na construção das agendas voltadas para a prevenção da violência, propomos a divisão do tópico, da seguinte forma: (I) análise comparativa das taxas de criminalidade violenta na Região Costa Verde; (II) análise comparativa dos crimes contra o patrimônio na Região Costa Verde; (III) análise da dinâmica criminal em Angra dos Reis, por bairros.

Salientamos que os dados brutos foram solicitados junto ao Instituto de Segurança Pública (ISP/RJ), tendo por base os Registros de Ocorrência realizados junto às Delegacias de Polícia da Região Costa Verde (165.a, 166.a e 167.a DP), e que os dados populacionais dos bairros de Angra dos Reis foram obtidos junto à Secretaria Municipal de Saúde, através do setor de registros epidemiológicos.

II.I) TAXAS DE CRIMINALIDADE VIOLENTA EM ANGRA DOS REIS (PERSPECTIVA COMPARADA)

A produção de dados é um elemento fundamental na gestão de políticas públicas. Sabemos que “[n]o planejamento e no monitoramento de qualquer política pública (...), é necessário coletar, sistematizar e analisar dados básicos sobre o fenômeno, bem como a aplicação prática destas informações no desenvolvimento e implementação de tais políticas” (BORGES e DIRK, 2007, p.116).

Não menos importantes são os elementos que permitem a avaliação qualificada de um fenômeno, observando um conjunto amplo de variáveis que nele interferem, direta ou indiretamente. Assim, a utilização das taxas por 100.000 habitantes constitui-se em um recurso importante na compreensão das ocorrências criminais em uma dada região. É claro que o volume total de

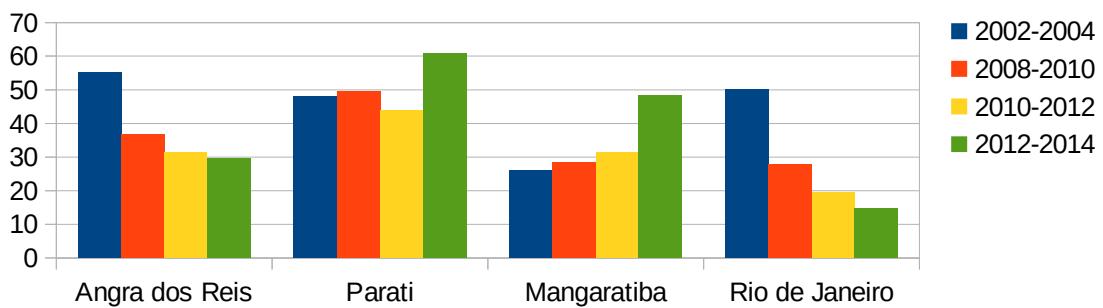
ocorrências tende a pesar na sensação de insegurança. Contudo, esse volume deve ser equacionado ao nível de crescimento populacional, fornecendo, assim, aos gestores, uma compreensão mais fina do comportamento de um dado fenômeno.

Durante a pesquisa, foi observado que, recorrentemente, os entrevistados afirmavam que Angra dos Reis nos últimos dez anos, passava por um “momento de crise” na segurança pública, que a situação havia piorado de 2016 a 2018. Cabe a pergunta: até que ponto esse volume acumulado de homicídios tem a ver com o crescimento da violência ou com o crescimento da cidade? O Gráfico 14 nos ajuda a entender a questão de forma mais qualificada.

GRÁFICO 14 – ÓBITOS POR ARMA DE FOGO POR 100.000 (REGIÃO COSTA VERDE)

Taxa Média de Obitos e Homicídios por AF/100Mil

sub-title



FONTE: MAPA DA VIOLENCIA FLACSO – 2015

Conforme demonstra o Gráfico 14, as taxas médias de óbitos por armas de fogo de Angra e da capital giravam em torno 50 por 100.000, entre 2002 e 2004. Parati acompanhava esse patamar bem de perto, naquele momento. O que se observa na série histórica 2002-2014 é que tanto Angra, como Rio de Janeiro seguiram uma tendência progressiva de queda das taxas, ao passo que Mangaratiba e Paraty assumiram inclinação oposta. Em 2014, é Mangaratiba quem chega ao patamar de 50 óbitos (AF) por 100.000, sendo ultrapassada por Paraty que chega a 60 mortes (AF) por 100.000. Angra orbita pela casa dos 30 óbitos (AF) x 100.000, nesse momento e a capital retrocede aos 15.

Quando observamos (QUADRO 02) os números dos homicídios dolosos (aqui são incorporados outras formas homicídio, para além do uso das armas de fogo, como o uso de “armas brancas”, por ex.), percebemos que a tendência, em 2017, se mantém no que diz respeito ao rankeamento entre

os três municípios da Costa Verde. Embora se mantenha o escalonamento, onde Angra aparece nos patamares inferiores, Mangaratiba em situação intermediária e Paraty liderando os índices da violência letal, observamos que os níveis nos três municípios são elevados, quando tomamos, por exemplo, a taxa nacional de homicídios, em 2014, que foi da ordem 30 por 100.000.

QUADRO 02 – TAXA COMPARADA DE HD/100.000 HAB NA COSTA VERDE.

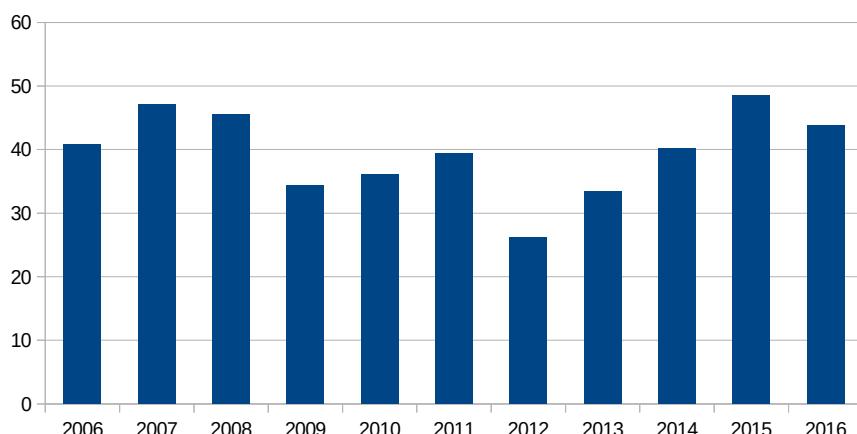
	HOMICÍDIOS DOLOSOS		POPULAÇÃO		TX/100.000		TX/100.000	
	2014	2017	2014	2017	2014	2017	2014	2017
Angra	75	87	186334	201335	40.25030322	43.21156282		
Paraty	28	28	40179	42392	69.68814555	66.05019815		
Mangaratiba	20	22	40330	43875	49.59087528	50.14245014		

FONTE: ISP/RJ/IEAR/UFF-Conjuntura Costa Verde

Ainda sobre a incidência da criminalidade violenta em perspectiva comparada, percebemos que a taxa de homicídios dolosos por cem mil habitantes (doravante, THD/100.000 hab.), em Angra dos Reis, oscila em patamares bastante altos, mesmo antes da instalação das unidades de polícia pacificadora (UPPs), em dezembro de 2008. Como fica evidente no Gráfico 15, a taxa ultrapassa a linha dos 40 THD/100 mil em seis ocasiões, entre os anos de 2006 e 2016: nos anos de 2006, 2007 e 2008 (antes da instalação das UPPs, portanto) e nos anos de 2014, 2015 e 2016.

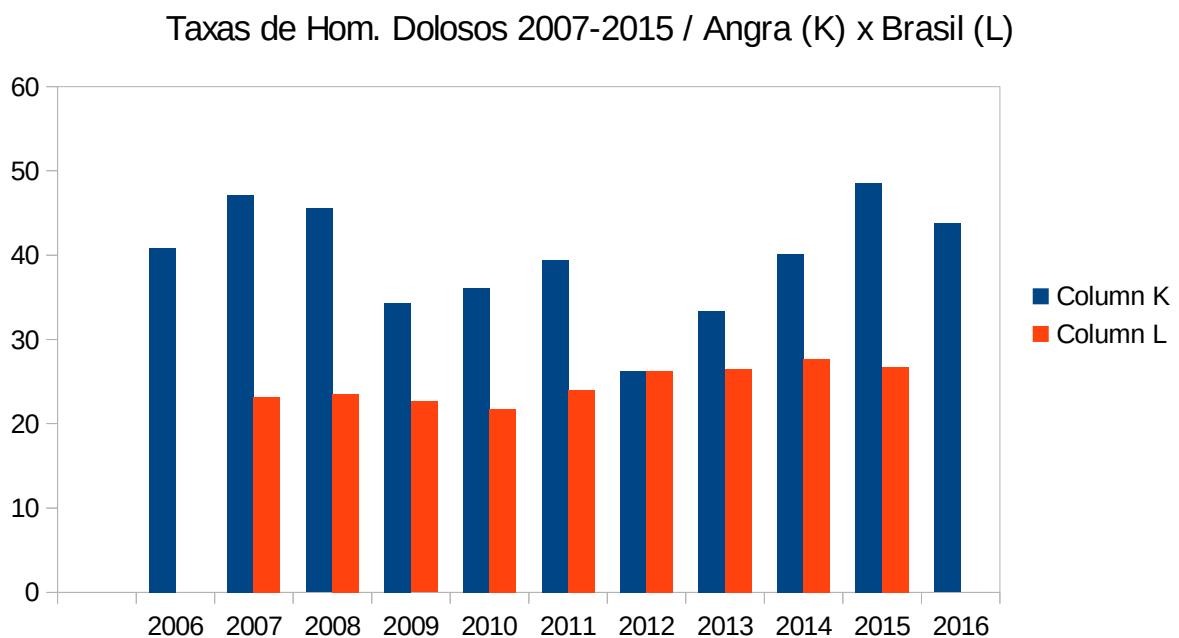
GRÁFICO 15 – TAXA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS POR 100.000 EM ANGRA DOS REIS (2006-2016)

Taxa de Homicídios Dolosos (2006-2016)



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde IEAR/UFF

GRÁFICO 16 - TAXA COMPARADA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS POR 100.000: BRASIL X ANGRA DOS REIS (2007-2015)



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde IEAR/UFF

Ao compararmos a THD/100 mil de Angra dos Reis com a do Brasil, temos uma significativa predominância dos números do município do sul fluminense, durante praticamente toda a série histórica. A exceção se dá, apenas, no ano de 2012, quando temos uma equiparação momentânea. Daí em diante, temos uma retomada ascendente dos números de Angra dos Reis, que voltam aos patamares observados no início da série.

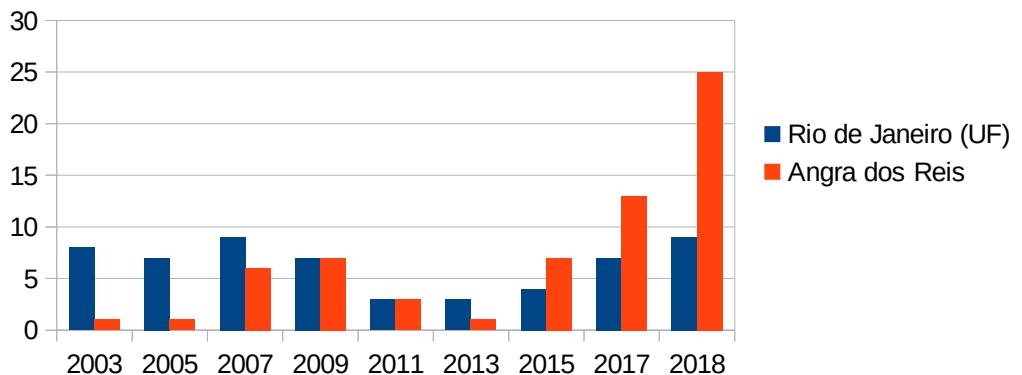
Por fim, são cabíveis apreciações acerca das mortes provocadas pela ação policial e mortes de policiais. Há de se frisar que no ano 2018 foi instaurado por iniciativa do Presidente Michel Temer um processo de intervenção militar, ação supostamente erigida após uma onda de assaltos ocorrida no carnaval daquele ano, fato vitimou turistas levando a situação da segurança do Rio aos holofotes internacionais mais uma vez. Como é comum em análises sócio-históricas, é óbvio que considera-se os episódios do carnaval não como causa, mas como fator de precipitação do processo de intervenção.

Diante de tal evento, recorreremos a uma exceção no formato de organização dos dados do relatório, usando o recurso da dilatação da série histórica de análise dos dados de forma que o ano de 2018, quando possível, seja contemplado. Usaremos o recurso comparativo (estado do Rio de Janeiro x Angra dos Reis) das taxas de policiais militares mortos em serviço e de pessoas mortas

por interferência de agentes do Estado por 100.000.

GRÁFICO 16.1 TAXA POR 100.000 HAB. COMPARADA DE MORTOS POR INTERFERÊNCIA DE AGENTES DO ESTADO (ANGRA X ESTADO DO RIO DE JANEIRO)

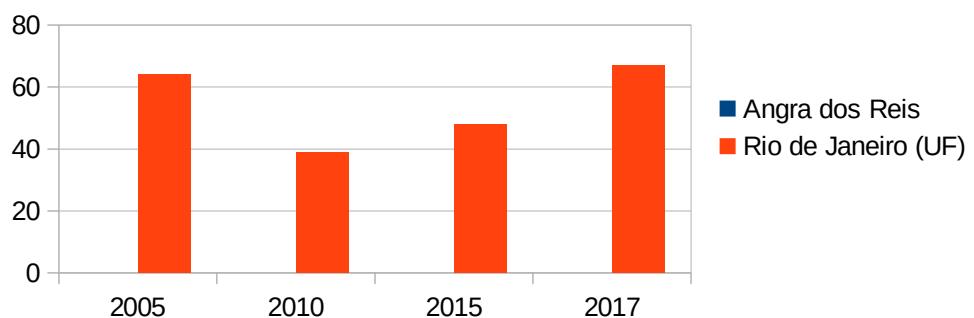
oas mortas por interferência de agentes do Estado ($Tx = \text{Mortes}/100.000$)



Fonte: ISP/RJ

GRÁFICO 16.2 TAXA COMPARADA DE POLICIAIS MILITARES MORTOS EM SERVIÇO (TX=MORTES/100.000)

POLICIAIS MILITARES MORTOS EM SERVIÇO (TX POR 100.000)



No que diz respeito aos mortos por intervenção de agentes do Estado, observamos, a partir da taxa por 100.000, um crescimento vertiginoso no caso angrense, durante a vigência da intervenção militar. Há de se ressaltar que, em 2018, foram realizadas operações na cidade voltadas, sobretudo, para o combate à ação de facções do tráfico em disputa por território. Considerando a série histórica 2003-2018, temos um crescimento da taxa na ordem de 25 vezes. Há de se

sublinhar, entretanto, que a despeito da intervenção de 2018, houve uma tendência progressiva a partir do ano de 2015.

As taxas de policias militares mortos em serviço em Angra dos Reis são irrelevantes matematicamente (um único caso em toda a série histórica). Os números do estado do Rio de Janeiro fornecidos pelo ISP/RJ não contavam com a tabulação do ano de 2018, na ocasião do presente Relatório, de modo que é possível apenas sublinhar certa paridade dos números encontrados no início e no final da série 2005-2017: algo em torno de 60 mortes / 100.000.

II.II) CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (PERSPECTIVA COMPARADA)

A percepção da criminalidade como uma ameaça concreta à vida não se manifesta, apenas, pela violência letal. Os crimes contra o patrimônio aguçam a percepção de vulnerabilidade e a sensação de insegurança. Como bem salienta Machado da Silva (2004), nas sociedades modernas vivemos sob a expectativa da ordem, tendo como referência o monopólio do uso da força pelo Estado. Quando nossa incolumidade individual é abalada pela prática criminosa - seja aquela que atenta contra nossa vida ou contra nossos bens – nos sentimos desprotegidos, o que afeta, decisivamente, nossos hábitos. As pessoas não se sentem mais tão seguras em frequentar determinados bairros ou regiões da cidade. O caminhar noturno é evitado. Os lazeres exigem mais atenção e perspicácia. Evita-se a ostentação. Câmeras de vigilância passam a compor a ecologia urbana e as grades se erguem nas portas dos prédios e casas. A vida cotidiana, muda e a arquitetura da cidade, também.

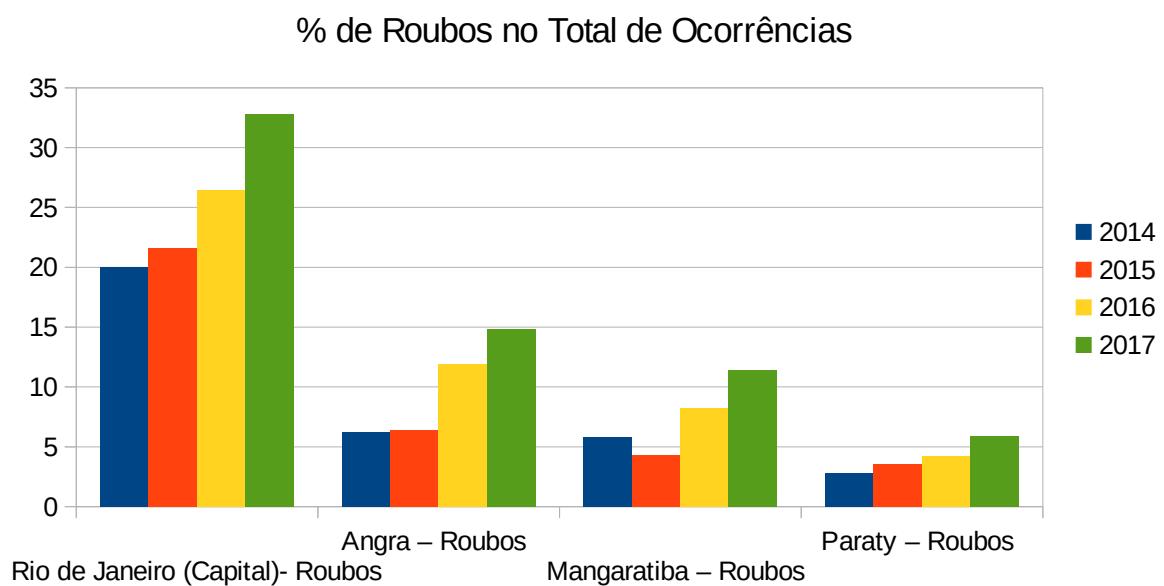
Para além das percepções, os números nos ajudam a identificar tendências das dinâmicas criminais, o que auxilia a ação do patrulhamento territorial e também as ações de caráter tático-operacional. A verdade, como nos ensina C. Beato (1999), é que as pesquisas de vitimização ajudariam a esmiuçar as tendências dos crimes contra o patrimônio, tendo em vista que muitos deles não chegam a ser registrados nas Delegacias de Polícia – fato que provavelmente se agrava nos municípios da Costa Verde, que possuem grande extensão territorial e capacidade de circulação rodoviária bastante precária.

De qualquer forma, esperamos contribuir com uma análise da incidência dos principais tipos de crime contra o patrimônio no total dos registros de ocorrência. Trataremos do comportamento dos seguintes tipos de ocorrência: roubo de carga; roubo de transeuntes; roubo de residência; roubo em coletivos; roubo em estabelecimentos comerciais; roubo de veículos e furto de veículos. Há de se mencionar que a categoria “roubo de carga” foi incluída na pesquisa a partir da grande atenção

dada a essa prática delituosa pelas forças da Intervenção Federal, ocorrida no Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2018.

Em primeiro lugar, cabe-nos situar a abrangência dos crimes contra o patrimônio no total de ocorrências registradas nas delegacias da Região Costa Verde.

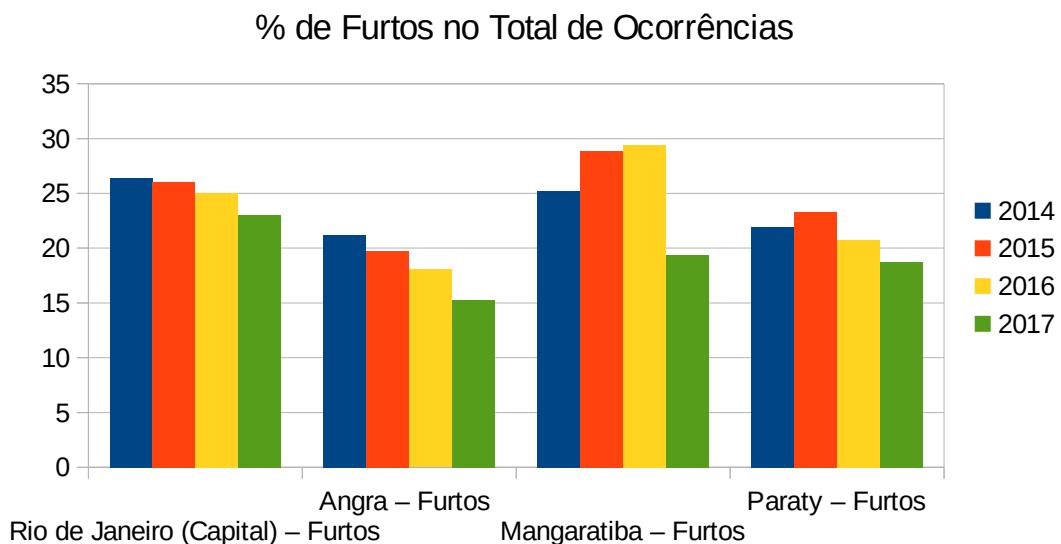
GRÁFICO 17 – PERCENTUAL DE ROUBOS NO TOTAL DE OCORRÊNCIAS (COSTA VERDE X CAPITAL)



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde IEAR/UFF

Ao comparamos o percentual de roubos no total de ocorrências na Região Costa Verde e no Rio de Janeiro, percebemos que na capital, em 2017, houve um crescimento mais acentuado na prevalência deste tipo de crime. Observamos, também que Angra é o município da Costa Verde onde os roubos estão mais presentes no cotidiano da população, ainda que o fator “nível de registros” (ou seja, a tendência que os moradores têm em realizar o registro das ocorrências, nas delegacias) deva ser considerado. Lembramos que nem sempre é fácil mensurar os casos “não registrados”, voltando a frisar a carência que temos no Brasil de pesquisas de vitimização.

GRÁFICO 18 - PERCENTUAL DE FURTOS NO TOTAL DE OCORRÊNCIAS (COSTA VERDE X CAPITAL)

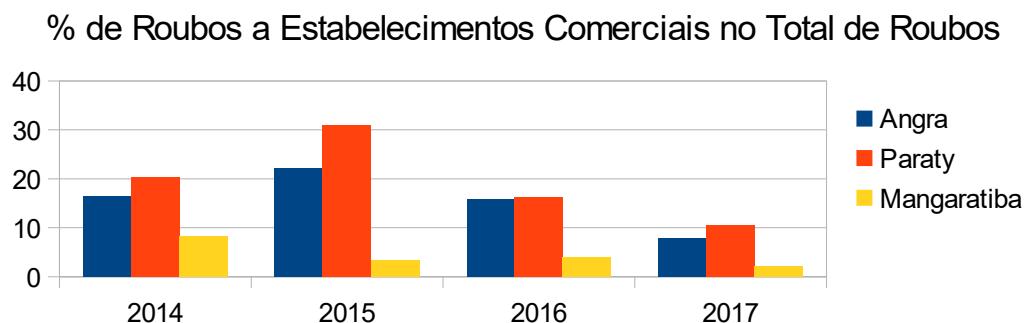


Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde IEAR/UFF

Quando focamos os furtos o cenário se altera. Observamos uma tendência de diminuição em Angra e na capital e uma tendência de oscilação, em patamares levemente superiores (entre 20 e 30%), em Mangaratiba e Paraty.

Ao tratarmos dos roubos em comércios, percebemos que a modalidade sofre retração em Angra dos Reis, entre os anos de 2015 e 2017, caindo de cerca de 22% no total dos roubos para cerca de 8%. Houve uma tendência à queda na participação dos roubos de comércio, na série histórica, nos três municípios, sendo o pico de incidência do delito ocorrido em Paraty, no ano de 2015.

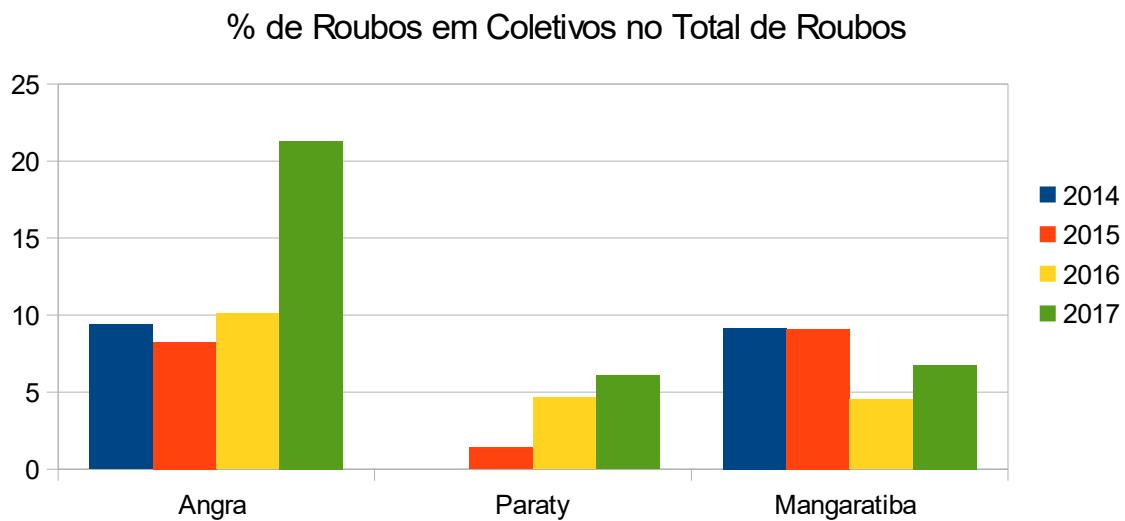
GRÁFICO 19 – ROUBOS (%) EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA COSTA VERDE



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde IEAR/UFRJ

Quando o tema é roubo em coletivos, observa-se que os números de Angra dos Reis são mais representativos que os de Paraty e Mangaratiba. Nota-se que no ano de 2017, tivemos um salto neste tipo de ocorrência que passa de 10% do total de roubos para pouco mais de 20%.

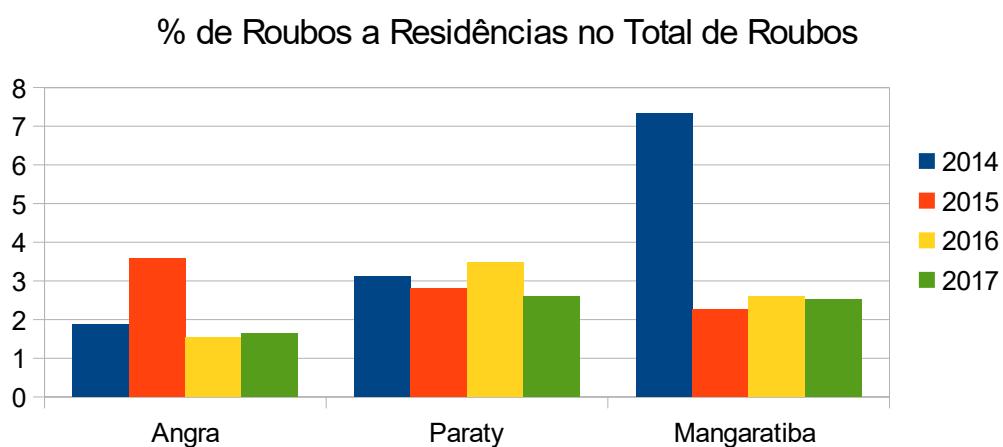
GRÁFICO 20 – ROUBOS (%) EM COLETIVOS NA COSTA VERDE



Já os roubos de residência têm uma participação diminuta no total de ocorrências em toda a Região Costa Verde, segundo a série histórica recente. Em todas as análises temos um volume (v)

menor que 4% do total de roubos, sendo o ano de 2014 em Mangaratiba a única exceção ($v > 7\%$).

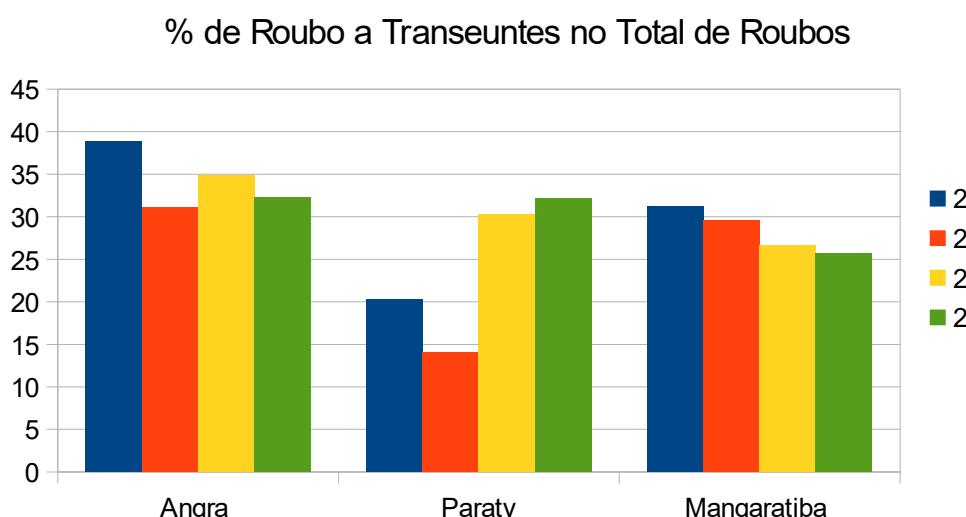
GRÁFICO 21 – ROUBO (%) DE RESIDÊNCIAS NA COSTA VERDE



Os roubos a transeuntes têm papel mais relevante no total do volume de ocorrências. Em Angra, onde a modalidade se destaca, os percentuais giram em torno da casa de 35% do total de roubos. Há de se frisar que não realizamos, para efeito de comparação, a decomposição dos roubos em sub-tipificações, como o roubo de celular ou os crimes de “saidinha de banco”, onde há a ação específica de criminosos sobre clientes bancários após a realização de saques em espécie.

GRÁFICO 22 – ROUBO (%) DE TRANSEUNTES NA COSTA VERDE

Fonte: ISP/RJ/Conjunta Costa Verde IEAR/UFF



Mangaratiba se destaca quando o tema é roubo de veículos. Durante toda a série histórica opera com números mais expressivos que aqueles encontrados em Angra e em Paraty. O mesmo se aplica aos registros de furto. Nota-se o ano de 2017 como um período de clivagem de tendência, tendo em vista que observamos uma queda proporcional bem acentuada dos números de Mangaratiba, que se aproximam, nesse período, aos de Angra (Gráfico 24).

GRÁFICO 23 – ROUBO (%) DE VEÍCULOS NA COSTA VERDE

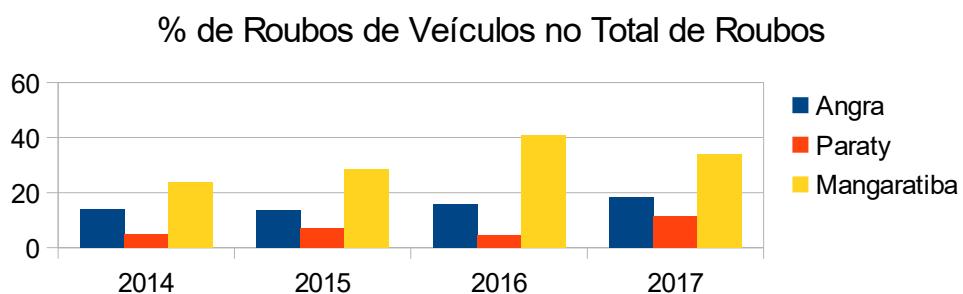
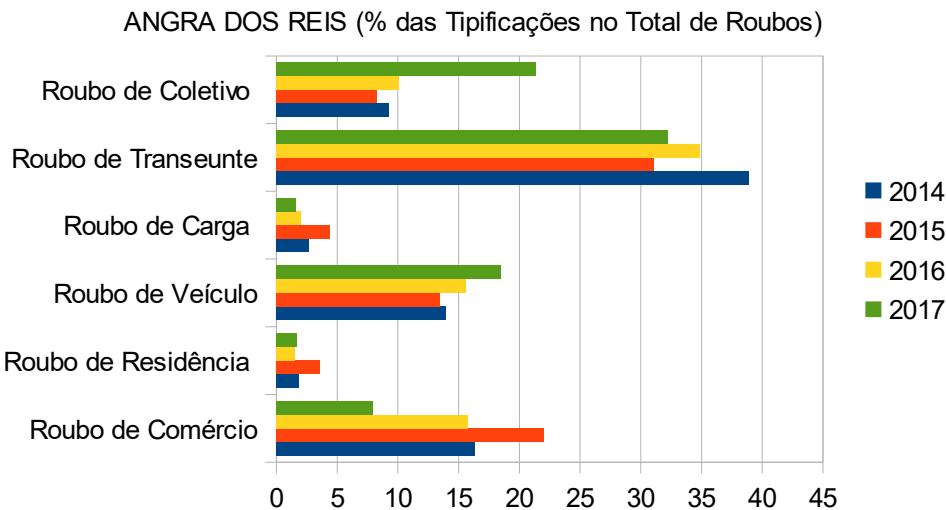


GRÁFICO 24 – FURTO (%) DE VEÍCULOS NA COSTA VERDE

Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde IEAR/UFF

Num quadro síntese sobre o caso de Angra dos Reis percebemos que o roubo de transeuntes é o tipo mais registrado, seguido pelo roubo de comércio e roubo de veículos. Usando os registros da imprensa percebemos que não é incomum que os jornais locais tratem a questão do roubo de comércio e do roubo de veículos como ações associadas ao tráfico de drogas. Não raro, as manchetes destacam a ação de traficantes que se apropriam de automóveis para o transporte de drogas, homens e armas (os chamados bondes). O roubo de comércio como forma de capitalização das quadrilhas também foi destacado pela imprensa local. O caso mais notório registrado pela pesquisa aludiria à participação de traficantes do Morro da Caixa Dágua em um roubo de uma joalheria, com o intuito de usar o fruto do crime para comprar drogas e armas e “aquecer” o tráfico na comunidade, no ano de 2016. Os roubos de carga representam um percentual não muito significativo no total de roubos, assim como os assaltos a residências.

GRÁFICO 25 – TIPICAÇÕES (%) DE CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO EM ANGRA DOS REIS



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde IEAR/UFF

Analisemos, agora, a dinâmica criminal do município de Angra dos Reis, por bairros, tomando por base os crimes violentos e as categorias de crime contra o patrimônio.

II. III) DISPERSÃO CRIMINAL POR BAIRROS EM ANGRA DOS REIS

Uma das dificuldades encontradas no processo de pesquisa foi o fato da maioria esmagadora de seus integrantes não serem naturais da cidade de Angra dos Reis. Logo, a compreensão da geografia da cidade, bem como das características sociais dos bairros foi amparada pelo trabalho de campo realizado (PARTE III) junto aos gestores municipais e atores locais. O trabalho dos orientandos de TCC foi de grande valia nesse aspecto. Entre eles há mais angrenses e sua capacidade de circulação pela cidade nos ajudou e muito. De toda a sorte, acreditamos que suas referências foram suficientes para um mapeamento, minimamente lúcido, da dispersão geográfica de algumas modalidades criminais em Angra.

Os gráficos nesse subitem encontram-se assim detalhados: trata-se de uma série histórica 2006-2016, havendo a indicação das tendências máximas e mínimas de cada tipo de ocorrência. São seguidos de tabelas que indicam a dispersão percentual dos crimes por bairros. Para tanto, foi realizado um rankeamento dos 15 bairros mais incidentes para cada tipo de ocorrência pesquisada, onde dispomos a dispersão percentual em cada um deles.

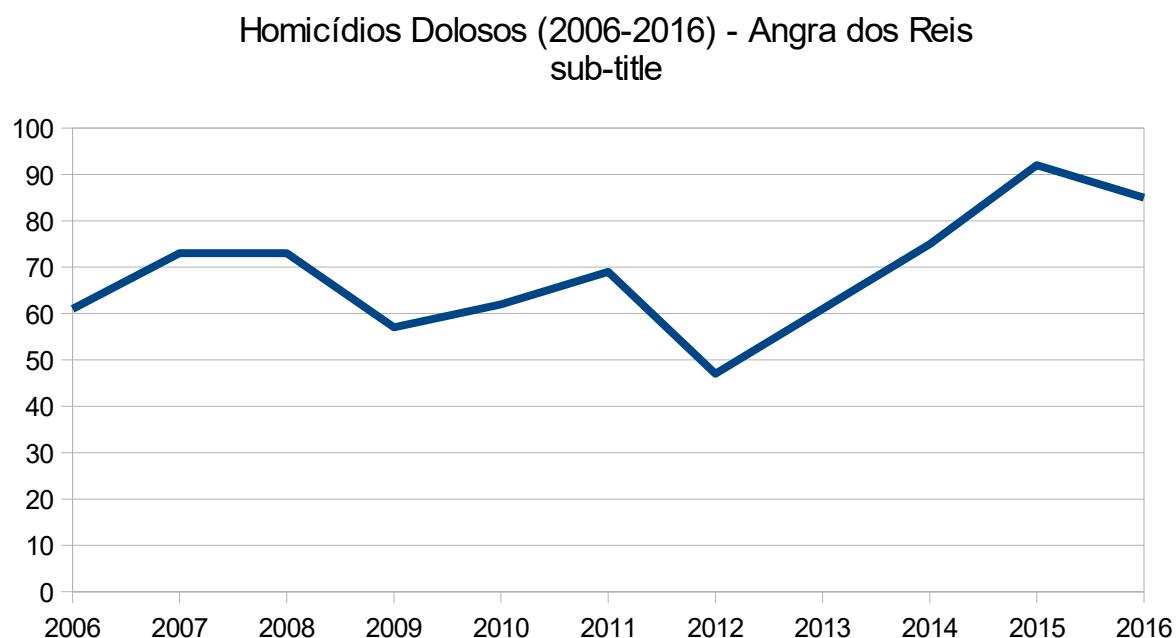
No caso dos crimes de homicídio foi realizada - a pedido do Conselho Municipal da Criança e

Adolescente (CMDCA) - a avaliação das taxas de homicídios dolosos por 100 mil nos bairros considerados mais violentos.

II.III.I) CRIMES VIOLENTOS

Observemos que o número absoluto de homicídios no município se mantém mais ou menos estável entre os anos de 2006 e 2011. Em 2012, temos uma clivagem descendente para observarmos um aumento progressivo até 2015.

GRÁFICO 26 – HOMICÍDIOS DOLOSOS EM ANGRA DOS REIS (2006-2016)



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde

	Nome do bairro	Ocorrências	% do Total de 768
QUADRO 03 – HOMICÍDIOS DOLOSOS POR BAIRRO	Areal	11	1,43%
	Banqueta	14	1,82%
	Belém	58	7,55%
	Bracuhy/Santa Rita	58	7,55%
	Camorim	13	1,69%
	Camorim Pequeno	11	1,43%
	Caputera	19	2,47%
	Centro	28	3,65%
	Frade	34	4,43%
	Jacuecanga/Vilage/BNH	11	1,43%
BAIRRO	Japuíba/Campo Belo	105	13,67%
	Mambucaba/Perequê	73	9,51%
	Monsuaba	20	2,60%
	Morro da Caixa D'agua	7	0,91%
	Sapinhatuba (I, II, III)	31	4,04%
	Total	493	64,19%

Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde

Os bairros com incidência mais proeminente de homicídios dolosos (HD) são: Japuíba/Campo Belo; Mambucaba/Perequê; Bracuhy/Sta. Rita; Belém; Frade e Sapinhatuba (I, II e III). Os 15 bairros descritos no quadro cobrem 64,19% dos homicídios ocorridos no período 2006-2016. Obviamente, o fator populacional é relevante na composição, o que nos estimulou a calcular a THD/100 mil para os bairros com maior incidência de violência letal (QUADRO 04).

Frise-se, outrossim, que os bairros com maior incidência de homicídios são também aqueles associados, por ampla maioria dos entrevistados, a uma maior penetração do tráfico de drogas na vida cotidiana da população. Os homicídios decorreriam, em parte, de disputas entre facções criminosas, “acertos de contas” e confrontos em operações policiais.

QUADRO 04 – TAXA COMPARADA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS POR 100. 000 HAB. POR BAIRRO

TAXAS POR 100.000 HABITANTES (2016)

TAXA DE HOMICÍDIOS	BRASIL	30,3
TAXA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS	ANGRA DOS REIS	44,3
TAXA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS	BELEM	43,4
TAXA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS	BRACUHY/S.RITA	73,7
TAXA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS	CENTRO	55,5
TAXA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS	MAMBUCABA/PEREQUE	50,3
TAXA DE HOMICÍDIOS DOLOSOS	JAPUÍBA/CAMPO BELO	41,9

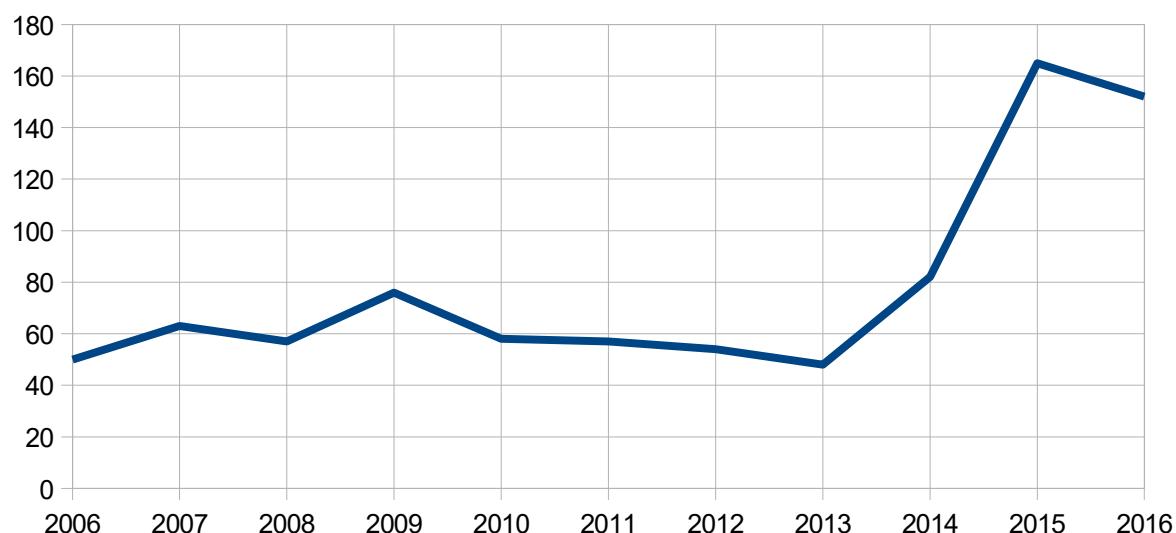
Temos três bairros, entre os pesquisados, com taxas superiores à taxa municipal de HD/100 mil (44,3): Bracuhy / Santa Rita (73,7); Centro (55,5) e Mambucaba/Perequê (50,3).

O cálculo da taxa foi realizado a partir dos dados da Secretaria Municipal de Saúde, derivados do seu banco de dados de estudos epidemiológicos. Logo, tivemos que respeitar a combinação de bairros, tal como a realizada nos registros populacionais.

As tendências da série histórica das tentativas de homicídio são praticamente as mesmas dos casos de HD. Estabilidade entre 2006 e 2012, seguida de crescimento progressivo até 2015. Os bairros com maior incidência seriam aqueles, teoricamente, mais afetados pelo tráfico de drogas.

GRÁFICO 27- TENTATIVAS DE HOMICÍDIO EM ANGRA DOS REIS

Tentativas de Homicídio (2006-2016) - Angra dos Reis
sub-title



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde

QUADRO 04 – TENTATIVAS DE HOMICÍDIO POR BAIRRO

Nome do bairro	Ocorrências	% do Total de
Areal	38	4,28%
Banqueta	33	3,72%
Belém	43	4,85%
Bracuhy/Santa Rita	56	6,31%
Camorim	13	1,47%
Caputera	7	0,79%
Centro	35	3,95%
Frade	60	6,76%
Jacuecanga/Vilage/BNH	28	3,16%
Japuíba/Campo Belo	118	13,30%
Mambucaba/Perequê	49	5,52%
Monsuaba	20	2,25%
Morro da Caixa D'agua	9	1,01%
Sapinhatuba (I, II, III)	41	4,62%
Vila do Abraão	5	0,56%
Total	555	62,57%

Homicídios culposos de trânsito, por sua vez, ocorrem de forma bem mais dispersa. O rankeamento dos 15 bairros mais incidentes, concentra apenas 54% do total de ocorrências. Os bairros do Centro, Frade e Bracuhy/Santa Rita lideram o percentual de registros.

A série histórica, ao contrário do que acontece com os homicídios dolosos e tentativas de homicídios, apresenta uma retração contínua entre os anos de 2013 e 2016.

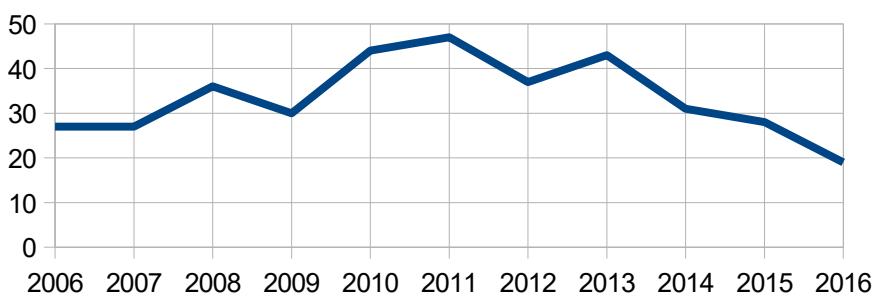
QUADRO 05 - ACIDENTES DE TRÂNSITO POR BAIRRO

Nome do bairro	Ocorrências	% do Total de 372
Areal	9	2,42%
Ariró	17	4,57%
Barlavento	9	2,42%
Bracuhy/Santa Rita	27	7,26%
Belem	5	1,34%
Camorim Grande	10	2,69%
Centro	28	7,53%
Frade	27	7,26%
Itaorna	10	2,69%
Jacuecanga/Vilage/BNH	7	1,88%
Japuiba/Campo Belo	18	4,84%
Monsuaba	8	2,15%
Pontal	11	2,96%
Praia do Machado	6	1,61%
Serra D'Água	9	2,42%
		54,03%

Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde

GRÁFICO 28 – ACIDENTES DE TRÂNSITO POR BAIRRO

Homicídio Culposo de Trânsito (2006-2016) - Angra dos Reis sub-title



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde

Ao contrário dos homicídios culposos de trânsito, o encontro de cadáver, ainda que pouco

recorrente, encontra-se mais concentrado. O rankeamento dos 15 bairros mais incidentes (QUADRO 06) cobre mais de 70% do total de casos. Destacam-se os bairros de Mambucaba/Perequê e Ilha Grande/Vila do Abraão, muito provavelmente em função das diversas áreas com baixa densidade populacional. A lógica parece prevalecer, nesse caso: os lugares ermos seriam mais favoráveis a um ato que demanda tempo e economia de evidências.

GRÁFICO 29 – ENCONTRO DE CADÁVER EM ANGRA DOS REIS

Encontro de Cadáver (2006-2016) - Angra dos Reis
sub-title

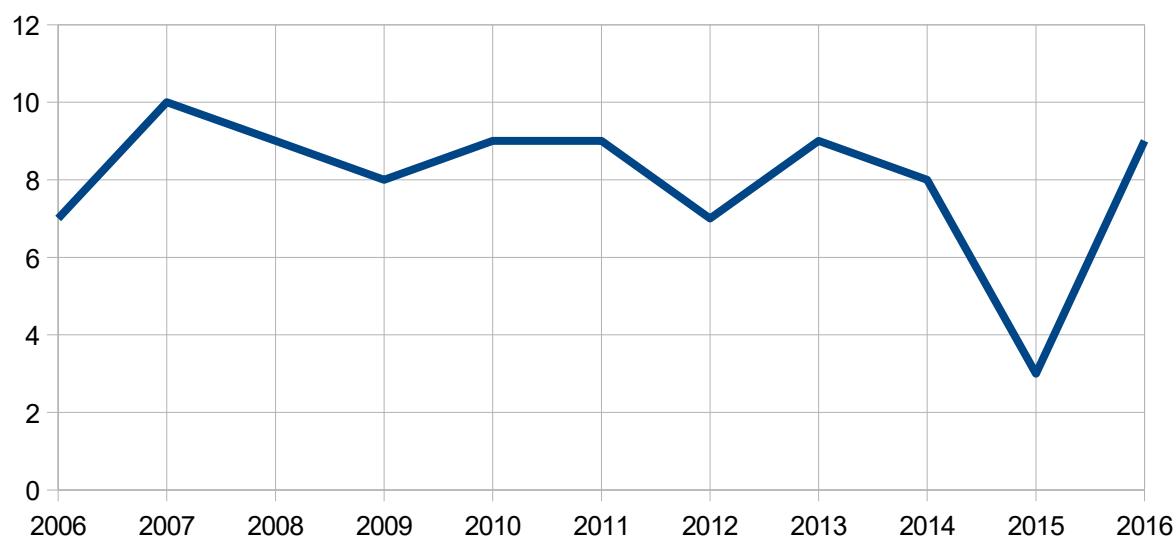


GRÁFICO – 29 – ENCONTRO DE CADÁVER EM ANGRA DOS REIS Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde

QUADRO 06 – ENCONTRO DE CADÁVER POR BAIRRO

Nome do bairro	Ocorrências	% do Total de 88
Areal	3	3,41%
Balneário	3	3,41%
Banqueta	2	2,27%
Belem	2	2,27%
Bracuhy/Santa Rita	5	5,68%
Camorim Pequeno	2	2,27%
Centro	4	4,55%
Frade	3	3,41%
Jacuecanga/Vilage/BNH	5	5,68%
Japuíba/Campo Belo	4	4,55%
Mambucaba/Perequê	14	15,91%
Monsuaba	1	1,14%
Sapinhatuba (I,II,III)	1	1,14%
Serra D'Agua	2	2,27%
Vila do Abraao/Ilha Grande	11	12,50%
Total	62	70,45%

Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde

Os casos de estupro também parecem mais recorrentes nas regiões que contam com áreas menos densamente povoadas, como Mambucaba/Perequê e Frade. O contraponto fica por conta de Japuíba /Campo Belo, talvez por conta do fator populacional. Contudo, há considerações a serem feitas. Note-se que a partir do ano de 2010, o número de registros de estupros passa dos 50/ano e se mantém, assim até 2016, denotando uma mudança de patamar. Em 2011, chegamos à casa dos 80/ano, registrando-se assim um aumento de 60%.

As entrevistas com gestores, sobretudo dos serviços de atenção à família, indicam a recorrência de casos de abusos sexuais praticados no espaço doméstico, o que por um lado complexifica a análise da prevalência de casos em bairros recheados de espaços ermos, mas não se contrapõe a ela. Observemos, ainda, que o rankeamento dos 15 bairros mais incidentes cobre cerca de 60% do total de casos, o que sugere certa dispersão das ocorrências.

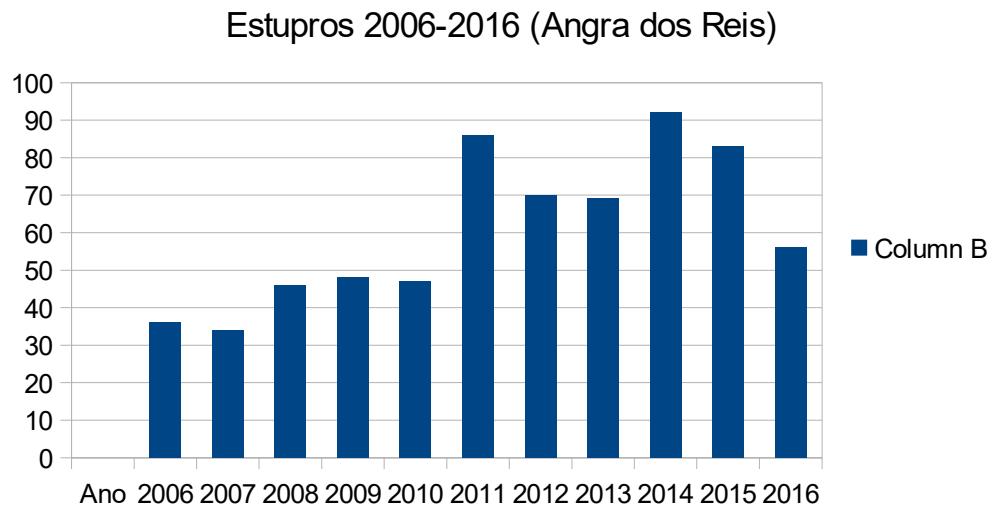
Nesse sentido, essa mudança de patamar pode estar também vinculada à ampliação da rede de atendimento das vítimas e a um novo nível de conscientização e empenho para a realização das denúncias. A discussão sobre as variadas formas de prevenção à violência contra a mulher será explorada mais densamente na PARTE III do Relatório.

Uma análise das taxas por 100.000 indicam que apesar da elevação do número absoluto há uma tendência de queda no último quarto da série histórica dos indicadores angrenses, ainda que estes se mantenham elevados quando comparados aos índices nacionais.

QUADRO 07 – ESTUPROS POR BAIRROS

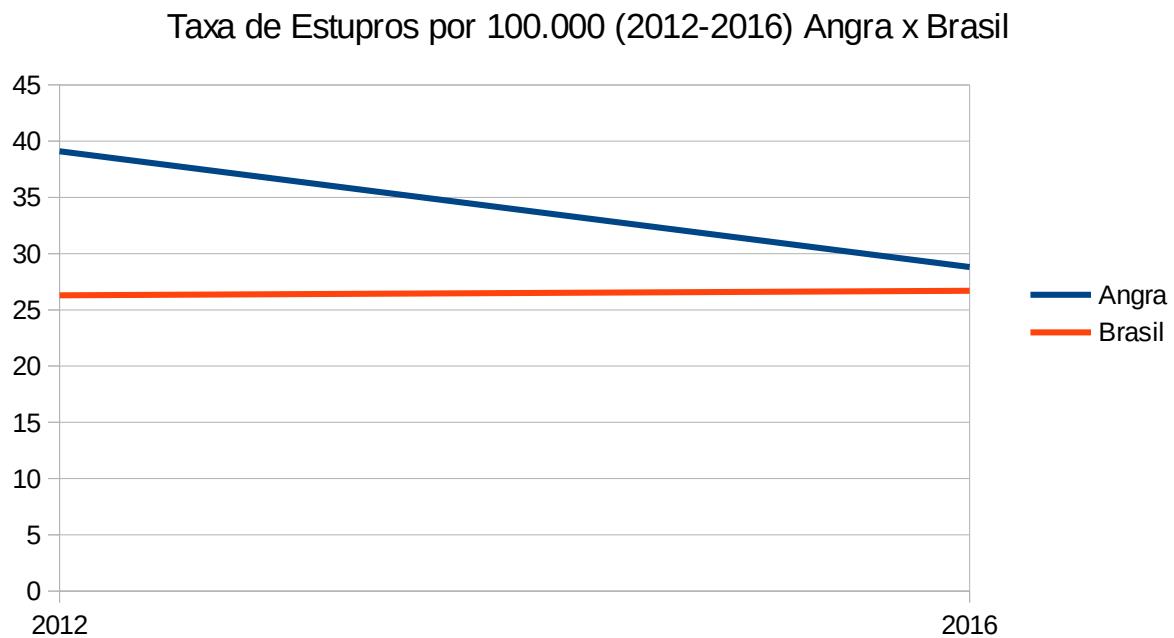
Nome do bairro	Ocorrências	% do Total de
Areal	22	3,28%
Banqueta	6	0,90%
Belém	27	4,03%
Bracuhy/Santa Rita	46	6,87%
Camorim Grande	10	1,49%
Camorim Pequeno	8	1,19%
Centro	37	5,52%
Frade	47	7,01%
Ilha Grande/Vila do Abraão	17	2,54%
Jacuecanga/Vilage	14	2,09%
Japuíba/Campo Belo	57	7,42%
Mambucaba/Perequê	65	9,70%
Monsuaba	28	4,18%
Nova Angra	21	3,13%
Retiro	5	0,75%
Total	410	60,11%

GRÁFICO 30 – ESTUPROS EM ANGRA DOS REIS



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde

GRÁFICO 31 – TAXA DE ESTUPROS POR 100.000 (ANGRA X BRASIL)



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde & ANUÁRIO FBSP/2017

II.III.II) ATIVIDADE POLICIAL

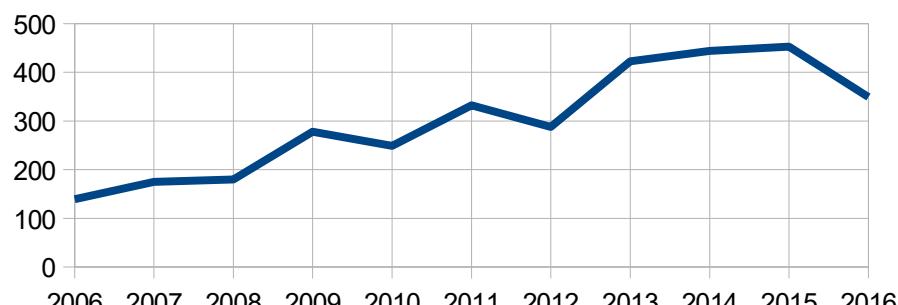
Como bem nos alerta a vasta bibliografia sobre segurança pública (MUNIZ e PROENÇA, 2007; BEATO, 1999, SKOLNICK e BAILEY, 2001), mensurar o trabalho policial nem sempre é tarefa simples. Como já diria o sociólogo Egon Bittner, “normalmente só nos lembramos da polícia quando uma coisa que não deveria estar acontecendo, está acontecendo e alguém precisa intervir!” Neste sentido, todo trabalho dissuasivo da ação policial, confiado, por exemplo, ao sistema de patrulhamento ou às rondas a pé (dentro da lógica de policiamento comunitário), tende a ficar de fora das métricas de eficácia ou efetividade do trabalho policial.

Por força dos limites da presente pesquisa, nos concentraremos apenas em duas dimensões da atividade policial: apreensão de drogas e apreensão de adolescentes. Diante do trabalho de campo que vem sendo executado junto a gestores e líderes comunitários, percebemos que, no imaginário local, os dois temas aparecem profundamente ligados ao crescimento da violência. Seriam os jovens traficantes, vindos de outras cercanias ou não, os grandes responsáveis pelo incremento do tráfico e pela belicosidade a ele associada. Essa equação (Juventude Pobre = Tráfico de Drogas = Violência descontrolada) foi, até o momento, uma espécie de interpretação oficial dos problemas angrenses, na voz da maioria de nossos entrevistados.

Essa percepção, é bem verdade, não é totalmente infundada. Como nos indica a série histórica sobre apreensão de drogas, entre os anos de 2006 e 2016 o volume total aumentou duas vezes e meia. Os poucos períodos de recuo, foram seguidos de avanços vigorosos, o que sugere, de fato, uma escalada progressiva (GRÁFICO 31).

GRÁFICO 31 – APREENSÃO DE DROGAS EM ANGRA DOS REIS

Apreensão de Drogas (2006-2016) - Angra dos Reis
sub-title

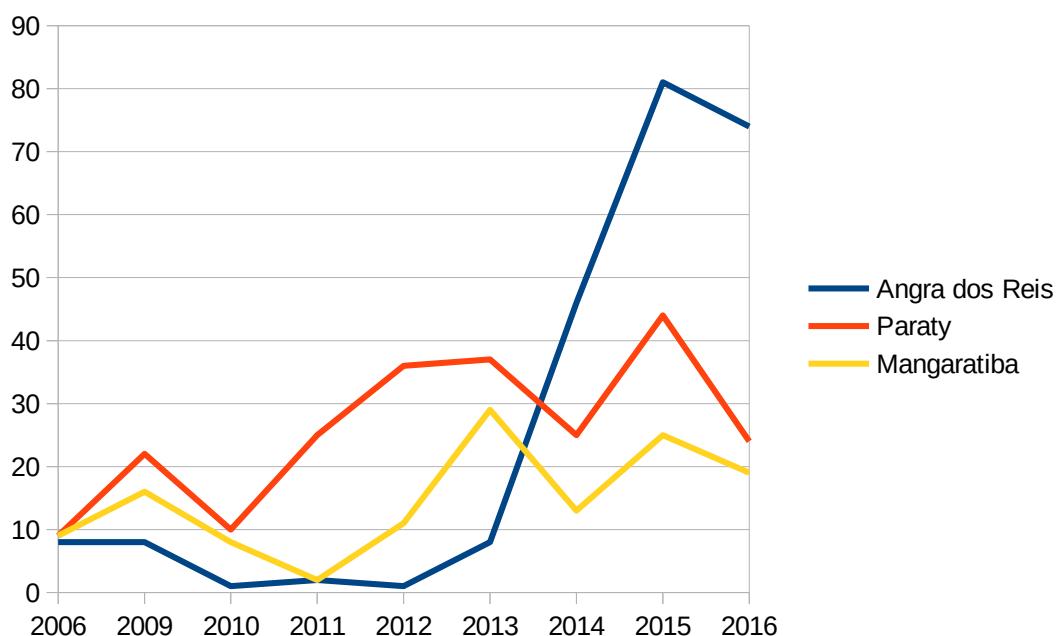


Fonte: ISP/RJ/Conjuntura
Costa Verde

Notemos que tal como acontece com alguns tipos de crime violento, o incremento se dá por volta do ano de 2012.

O padrão se repete ao tratarmos da apreensão de crianças e adolescentes, com a observação que o ritmo de avanço após ano de 2012 parece ainda mais acentuado (GRÁFICO 32).

GRÁFICO 32 – APREENSÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA COSTA VERDE (2006-2016)



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde

QUADRO 08 – APREENSÃO DE DROGAS POR BAIRROS

Nome do bairro
Balneário
Belém
Bracuhy/Santa Rita
Camorim
Centro
Frade
Jacuecanga/Vilaqe/BNH

Um exame da divisão percentual das apreensões de drogas por bairros nos ajuda a compreender a relação entre apreensão de drogas e apreensão de jovens. É exatamente no Distrito da Ilha Grande (em particular na Vila do Abraão), região de maior atividade turística e de grande concentração das atividades de lazer voltadas para a juventude, na alta temporada (novembro-março), que as apreensões de drogas se avolumam. Isso sugere que, para além dos registros relacionados a operações de repressão ao tráfico - que são mais constantes em bairros como Japuíba/Campo Belo, Frade, Sapinhatuba (I, II e III), Camorim, Belém, Mambucaba/Perequê e Bracuhy/Santa Rita – existe um quantitativo expressivo de registros relacionados à repressão ao uso recreativo de drogas ou mesmo ao tráfico praticado em modo atomizado, ou seja, indivíduos que agem negociando pequenas quantidade de entorpecentes sem o aparato de armamento.

II.III.III) CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Tratemos, finalmente, da decomposição dos crimes contra o patrimônio por bairros. Dada a diversidade social, cultural e econômica do município de Angra dos Reis, é plausível imaginar que as modalidades de crime praticadas de bairro para bairro mudem substancialmente.

Destarte, assim como os homicídios parecem mais recorrentes em áreas onde os conflitos do tráfico são mais presentes e onde as operações de repressão policial são mais frequentes, é relevante supor que as características como topografia, facilidade de acesso a via expressas e hábitos locais pesem na distribuição geográfica das ocorrências de roubo e furto.

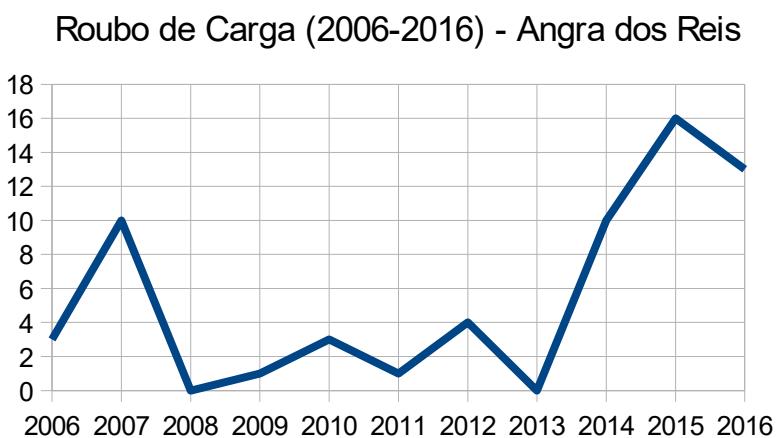
Tratando do roubo de carga, como informado no tópico anterior, temos uma modalidade de baixa incidência em termos absolutos, ainda que sendo perceptível um aumento expressivo entre os anos de 2013 e 2015.

No que diz respeito à decomposição por bairros, observamos uma alta concentração de ocorrências no bairro da Japuíba/Campo Belo (22,95%), seguida de Jacuecanga/Verolme/BNH (6,56%) e Camorim Grande (6,56%), o que pode tanto indicar a existência de quadrilhas especializadas nessas regiões, como a maior circulação de mercadorias ou valores (QUADRO 09).

Os roubos de comércio também apresentam considerável concentração na região de Japuíba/Campo Belo (acrescido do sub-bairro Vila Nova, nesse caso) (33,2%) e no Centro (19,89%), o que pode ser justificado pela maior concentração de estabelecimentos comerciais nesses bairros (QUADRO 10).

A série histórica apresenta estabilidade entre os anos de 2006 e 2011, seguida de um aumento expressivo nos anos de 2012 e 2014 (GRÁFICO 34).

GRÁFICO 33 – ROUBO DE CARGA EM ANGRA DOS REIS

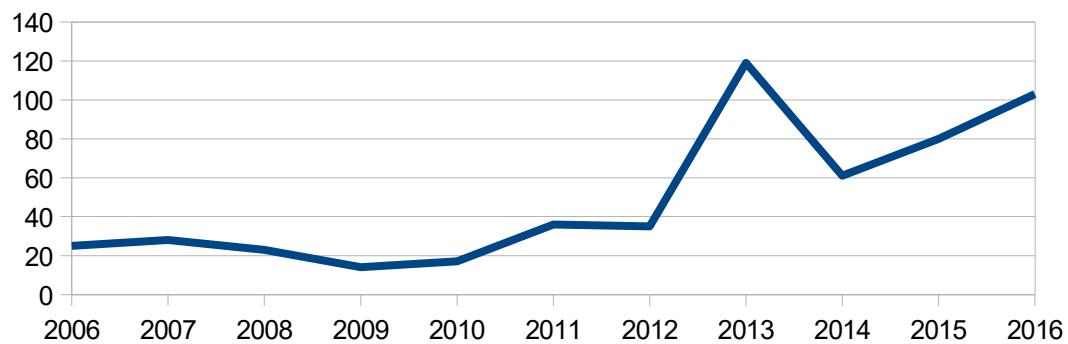


QUADRO 09 – ROUBO DE CARGA POR BAIRROS

Nome do bairro
Ariró
Balneário
Belém
Bracuhy
Camorim Grande
Centro
Frade
Inhaúma/Vila Olímpia

GRÁFICO 34 – ROUBO DE COMÉRCIO EM ANGRA DOS REIS

Roubo de Estabelecimento Comercial (2006-2016) - Angra dos Reis
sub-title



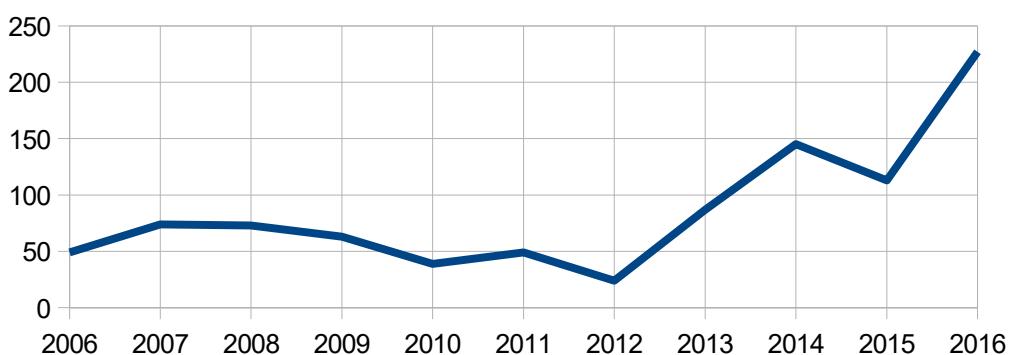
QUADRO 10 – ROUBO DE COMÉRCIO POR BAIRROS

Nome do bairro	Ocorrências	% do Total de 538
Areal	6	1,12%
Balneário	19	3,53%
Bracuhy/Santa Rita	16	2,97%
Bonfim	3	0,56%
Camorim Grande	7	1,30%
Centro	107	19,89%
Encruzinho	12	2,23%
Frade	21	3,90%
Jacuecanga/BNH/Village/Verolme	29	5,39%
Japuíba/Campo Belo/Vila Nova	179	33,27%
Mambucaba/Perequê	32	5,95%
Monsuaba	5	0,93%
Parque das Palmeiras	10	1,86%
Praia do Anil	5	0,93%
Ribeira	8	1,49%
Total	459	85,32%

O crime de roubo de transeuntes é um dos que apresenta aumento significativo ao longo da série 2006-2016. Cresce cerca de quatro vezes no período. Seu comportamento é muito similar ao dos roubos de comércio: estabilidade entre os anos de 2006 a 2012, e crescimento acentuado nos anos seguintes, ocorrendo, apenas, parcial retração entre 2014 e 2015 (GRÁFICO 35). Nesse caso, as ocorrências se concentraram no Centro da cidade (21,2%), onde estão também concentrados o comércio varejista e os caixas eletrônicos disponíveis para saque. A região Japuíba/Campo Belo registrou 15,34% das ocorrências, seguida do bairro de Jacuecanga/Verolme/BNH com 6,26%.

GRÁFICO 35 – ROUBO DE TRANSEUNTE EM ANGRA DOS REIS

Roubo de Transeunte (2006-2016) - Angra dos Reis



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde & ANUÁRIO FBSP/2017

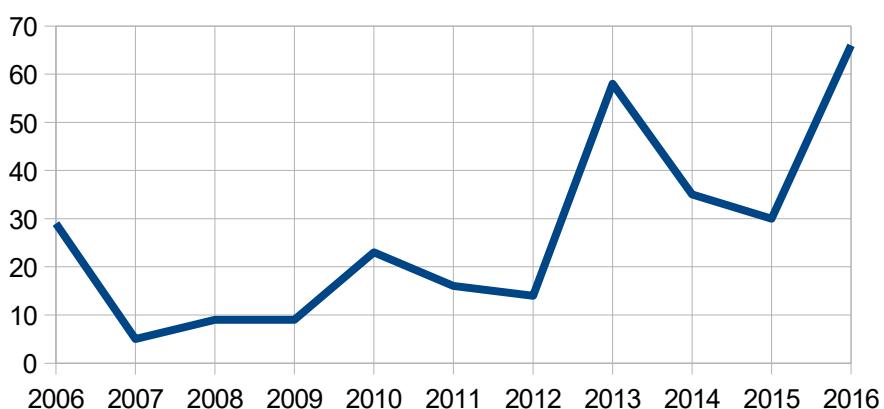
QUADRO 11- ROUBO DE TRANSEUNTES POR BAIRROS

Nome do bairro	Ocorrências	% do Total de 958
Areal	13	1,36%
Balneário	56	5,85%
Bracuhy/Santa Rita	21	2,19%
Centro	204	21,29%
Frade	19	1,98%
Jacuecanga/Village/Verolme	60	6,26%
Japuíba/Campo Belo	147	15,34%
Mambucaba/Perequê	26	2,71%
Marinas	13	1,36%
Monsuaba	14	1,46%
Nova Angra	20	2,09%
Parque das Palmeiras	27	2,82%
Pontal	11	1,15%
Praia do Anil	29	3,03%
Sapinhatuba (I, II e III)	11	1,15%
Total	671	70,03%

Os roubos em coletivos oscilam ao longo da série e mais que duplicam; levando em consideração o ano inicial e final. Chama atenção a alta concentração de denúncias concernentes ao bairro da Japuíba / Campo Belo, que concentra 28,4% dos registros, número bem superior ao segundo colocado no rankeamento, o bairro da Monsuaba, que concentra 4,4% dos casos.

GRUPO 36- ROUBOS EM COLETIVOS EM ANGRA DOS REIS

Roubo em Coletivos (2006-2016) - Angra dos Reis



QUADRO 12 – ROUBOS EM COLETIVOS POR BAIRROS

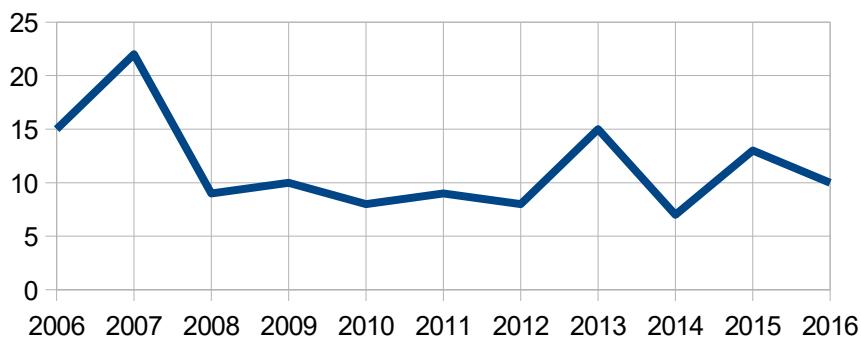
Nome do bairro	C
Areal	
Banqueta	
Belém	
Bracuhy/Santa Rita	
Camorim	

Os roubos de residência foram um dos poucos tipos de delito que apresentaram diminuição ao longo da série histórica. É bem verdade que o volume total de registros não se apresentou elevado, no período estudado, o que pode significar uma característica da dinâmica criminal do município ou um exemplo de subnotificação, gerando assim uma “taxa negra” (ou seja, um dado distorcido da realidade pela omissão das vítimas ou por dificuldades técnicas inerentes ao sistema de registro). Como afirmado anteriormente, para efeitos de análise, nos atemos aos casos registrados na 166.DP e sistematizados pelo ISP/RJ.

Os casos de roubo de residência encontram relativa dispersão pelos bairros de Angra dos Reis. Os bairros com maior concentração são Jacuecanga/Verolme/BNH (11,1%) e Japuíba / Campo Belo (10,3%).

GRUPO 37 – ROUBO DE RESIDÊNCIA EM ANGRA DOS REIS

Roubo de Residência (2006-2016) - Angra dos Reis
sub-title



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde

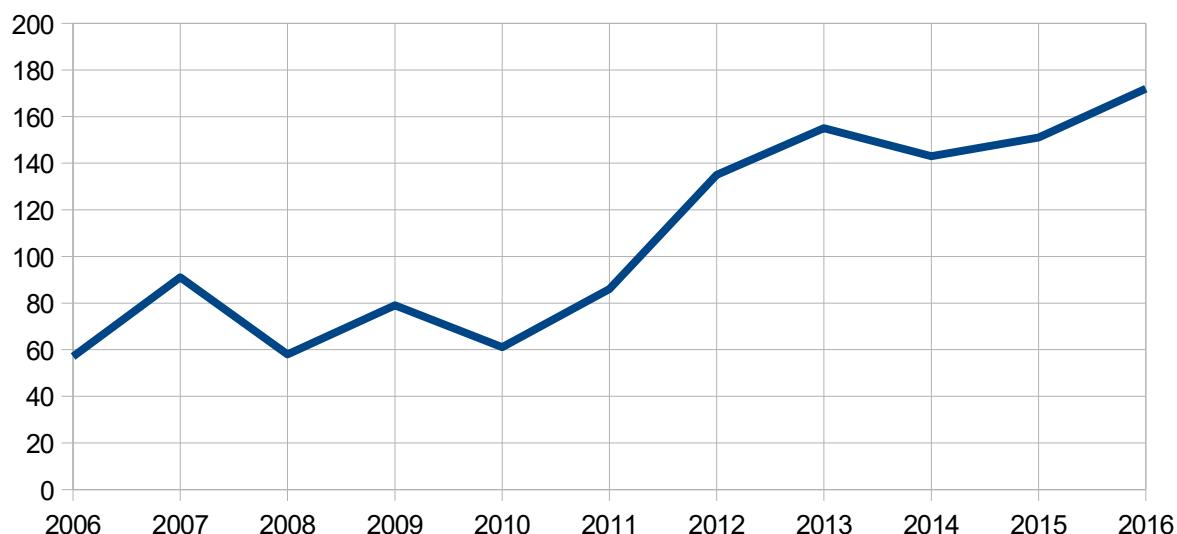
Devido aos valores envolvidos e o acionamento do seguro, os roubos e furtos de veículos tendem a operar com uma taxa de subnotificação menor que apresentada nos roubos em coletivos e roubos a transeuntes, por exemplo.

No caso dos furtos de veículos, observamos que, ao longo da série temporal, o volume de registros quase triplica, ocorrendo, todavia, uma inclinação ascendente a partir do ano de 2010 e não do ano de 2012-13, como se observou na maioria dos casos, até o momento.

A concentração maciça dos casos está no Centro da cidade, que acumula pouco mais de % do total de ocorrências, sendo destacável o lugar ocupado pelas regiões de Jacuecanga, Japuíba/Campo Belo e Mambucaba/Perequê, observando-se que a população de dos dois últimos bairros é consideravelmente maior que a do polo Jacuecanga/Verolme/BNH.

GRÁFICO 38 – FURTO DE VEÍCULOS EM ANGRA DOS REIS

Furto de Veículos (2006-2016) - Angra dos Reis
sub-title



Fonte: ISP/RJ/Conjuntura Costa Verde

QUADRO 13 – FURTO DE VEÍCULOS POR BAIRROS

Nome do bairro	Ocorrências	% do total de
		1205
Areal	11	0,91%
Balneário	52	4,32%
Banqueta	7	0,58%
Belém	7	0,58%
Bracuhy/Santa Rita	45	3,73%
Camorim Grande	9	0,75%
Centro	307	25,48%
Frade	69	5,73%
Jacuecanga/Vilage/Verolme	113	9,38%
Japuíba/Campo Belo	105	8,71%
Mambucaba/Perequê	103	8,55%
Monsuaba	31	2,57%
Nova Angra	22	1,83%
Sapinhatuba I, II e III	22	1,83%
Serra D'água	4	0,33%
Total	907	75,27%

Dentre todos os delitos mencionados na pesquisa, o roubo de veículos é aquele que apresenta

maior incremento ao longo da série. Seu crescimento é de cerca de 10 vezes, ao longo do período 2006-2016. Há de se mencionar que houve dois períodos de aceleração do crescimento de registros. Entre os anos de 2012 e 2014, temos o primeiro salto, quando partimos de menos de 20 ocorrências para mais de 49. Entre 2015 e 2016 o volume absoluto supera os 100 registros.

O volume absoluto de roubos de veículos é consideravelmente menor que o de furtos e sua dispersão geográfica é mais acentuada. Há maior concentração nos bairros da Japuíba/Campo Belo, Centro e Camorim Grande (QUADRO 15).

GRÁFICO 39 – ROUBO DE VEÍCULOS EM ANGRA DOS REIS

Roubo de Veículos (2006-2016) - Angra dos Reis



QUADRO 14 – ROUBO DE VEÍCULOS POR BAIRROS

Nome do bairro	Ocorrências	% do Total de 329
Areal	5	0,65%
Balneário	18	5,47%
Banqueta	6	1,82%
Belém	8	2,43%
Bracuhy/Santa Rita	8	2,43%
Camorim Grande	19	5,78%
Centro	24	7,29%
Frade	12	3,65%
Jacuecanga/Vilage/BNH/Verolme	28	8,51%
Japuíba/Campo Belo	41	12,46%
Mambucaba/Perequê	6	1,82%
Monsuaba	11	3,34%
Nova Angra	7	2,13%
Sapinhatuba I, II e III	11	3,34%
Serra D'água	9	2,74%
Total	213	63,87%

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PARTE II

O mote das considerações finais não poderia ser outro senão a crescente sensação de insegurança que se abate sobre a população angrense.

A análise da dinâmica criminal do município, nos últimos anos, revela que Angra dos Reis, tomando por base crimes violentos, como homicídios dolosos e estupros, por exemplo, apresenta taxas elevadas, quando comparada com os parâmetros do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Na Região Costa Verde, os índices de criminalidade violenta de Angra apresentam-se como moderados, quando comparados aos de Paraty e Mangaratiba, embora todos os três municípios apresentem patamares acima dos números estaduais e do Brasil. Note-se:

- A taxa de homicídios dolosos por 100.000 habitantes em Angra dos Reis (ordem de 40/100.000hab.) é maior que a observada nacionalmente (ordem de 25/100.000 hab.);
- A taxa de estupros por 100.000, em Angra dos Reis, no período 2012-2016, ficou acima da taxa nacional;
- A taxa de pessoas mortas por ação de agentes do Estado por 100.000 em Angra é superior àquela observada no estado do Rio de Janeiro desde o ano de 2015.

A dinâmica dos crimes contra o patrimônio, certamente, pesa na percepção cotidiana da violência.

- Em 2014, os roubos representavam cerca de 5% do total de casos registrados na Delegacia de Angra. Em 2017, já representavam 15% desse total;
- Os roubos em coletivos mais que dobraram sua representatividade no total de roubos, passando de menos de 10% em 2014 para mais de 20% em 2017;
- Os roubos e furtos de veículos aumentam sua representatividade percentual no total de registros no período citado;
- Os crimes contra o patrimônio que apresentam maior retração no período 2014-2017 são o roubo de comércio e o roubo de carga.

Há também a questão da dispersão geográfica dos delitos. A partir da análise das matérias veiculadas pela imprensa angrense, observamos grande focalização nos crimes violentos e nas

ações envolvendo o tráfico de drogas, fato que direciona a atenção para os bairros onde percebe-se maior circulação de traficantes armados e envolvidos em disputas de facções criminosas. Como era de se esperar, a incidência criminal é variável na relação tipo de crime/local de ocorrência. Os crimes contra a vida estariam – seguindo a lógica sugerida pela imprensa - mais concentrados nos bairros com maior presença do tráfico de drogas. Os crimes contra o patrimônio concentram-se nos bairros de maior circulação de pessoas e os crimes sexuais mais associados a regiões mais “desertas”.

- Os bairros onde foram registradas as maiores taxas de homicídios dolosos por 100.000 habitantes, no ano de 2016, foram (em ordem decrescente): Bracuhy/Santa Rita; Centro; Mambucaba/Perequê; Belém e Japuíba/Campo Belo;
- Em termos de volume absoluto (2006-2016) os bairros com maior incidência de homicídios dolosos foram: Japuíba/Campo Belo; Mambucaba/Perequê; Bracuhy/Santa Rita e Belém;
- Os bairros onde foram registrados maior número de tentativas de homicídio (2006-2016) foram: Japuíba / Campo Belo; Frade e Bracuhy / Santa Rita;
- Os homicídios culposos de trânsito foram mais recorrentes (2006-2016) nos bairros do Centro, Frade e Bracuhy / Santa Rita;
- Os crimes sexuais foram mais recorrentes nos bairros de Mambucaba / Perequê, Japuíba/Campo Belo e Frade;
- O encontro de cadáveres foi mais sistemático nos bairros de Mambucaba/Perequê, Vila do Abraão/Distrito Ilha Grande e Bracuhy/Santa Rita;
- As apreensões de drogas foram mais frequentes nos bairros de Vila do Abraão/Distrito Ilha Grande, Japuíba/Campo Belo e Centro;
- Os roubos de carga foram mais recorrentes nos bairros de Japuíba / Campo Belo; Jacuecanga/Veroldme/BNH e Camorim Grande;
- Os roubos em estabelecimentos comerciais foram mais recorrentes nos bairros de Japuíba/Campo Belo, Centro e Mamabucaba/Perequê;
- Os roubos de pedestres foram mais comuns nos bairros do Centro, Japuíba / Campo Belo e Jacuencanga/Vilage/Verolme
- Os roubos em coletivos foram mais frequentes nos bairros de Japuíba/Campo; Monsuaba e Sapinhatuba (I, II e III);
- Os roubos de residência foram mais incidentes em Jacuencanga/Verolme/BNH; Japuíba/Campo Belo e Mambucaba / Perequê;

- Os furtos de veículos são mais recorrentes nos bairros do Centro, Jacuecanga/Verolme/BNH e Japuíba/Campo Belo;
- Os roubos de veículos foram mais frequentes nos bairros de Japuíba/Campo Belo, Jacuecanga/Verolme/BNH e Centro.

Esquematicamente:

MODELO I – RANKEAMENTO DE DELITOS POR BAIRROS EM ANGRA DOS REIS (2006-2016)



Observa-se que os bairros que apresentaram as maiores taxas de homicídio por cem mil habitantes, no ano de 2016, (a exceção de Belém) são aqueles que apresentam maior a concentração absoluta de ocorrências criminais entre os anos de 2006-2016, sendo eles: Japuíba/Campo Belo; Mambucaba/Perequê; Bracuhy/Santa Rita; Centro e Frade. Tal fato sugere a existência de uma concentração da incidência criminal nos bairros que sucedem a Japuíba no sentido Rio-Santos da BR-101 (Bracuhy, Belém, Frade e Mambucaba).

Há pontos isolados de concentração criminal, como o caso da Ilha Grande, onde o encontro de cadáveres (provavelmente em função das características geográficas e dos ataques a visitantes) e as apreensões de drogas (não se descarta o uso recreativo envolvendo os turistas) são as ocorrências típicas e também o caso de Jacuecanga, que concentra um volume significativo de ocorrências ligadas aos crimes de patrimônio.

Para além da concentração espacial dos crimes, devemos atentar para sua dispersão temporal. Na ocasião da elaboração desse questionário tínhamos disponíveis os dados consolidados entre os anos de 2006-2016.

Conforme registrado no QUADRO 16, apenas os acidentes de trânsito e os roubos de residência

retroagiram no período de 2006 a 2016. Outros crimes assumiram um crescimento vertiginoso, nesse intervalo, sobretudo os crimes contra o patrimônio. Destaque dado aos roubos de veículo que tiveram um incremento de mais de 1000% .

As séries temporais revelam um sistemático aumento no volume de ocorrências após ano de 2012. Essa tendência merece ser ainda investigada em profundidade em oportunidades futuras, tendo em vista que, a partir dos dados qualitativos não foi possível identificar as razões desse incremento. Notemos que há um *bias* nesse sentido. A maioria esmagadora, conforme já mencionado, dos entrevistados não era natural de Angra dos Reis, de modo que sua percepção da dinâmica criminal da cidade é recente e profundamente caudatária do discurso propalado pela imprensa escrita local. Um fator de correção em versões futuras de um Diagnóstico com este perfil seria a focalização em atores locais ou residentes em Angra por pelo menos 20 anos.

QUADRO 15 – VARIAÇÃO (Δ) DO VOLUME DE CRIMES ENTRE 2006-2016

	Ocorrências em 2006	Ocorrências em 2016	Δ (2006-2016)
Homicídios Dolosos	61	85	+ 39,30%
		19	
Homicídios Culposos de Trânsito	27		-29,70%
Encontro de cadáver	7	9	+ 28,50%
Apreensão de Drogas	139	349	+ 151,10%
Tentativa de Homicídio	50	152	+ 152%
Furto de Veículo	57	172	+ 201,70%
Roubo de Comércio	25	103	+ 312,00%
Roubo de Residência	15	10	-34%
Estupros	36	56	+ 55,50%
Roubo de Carga	3	13	+ 302%
Roubo de Veículos	7	102	+ 1357%
Roubo de Transeuntes	49	227	+ 363%
Roubo em Coletivo	29	66	+ 127%

Apesar do viés mencionado, julgamos ser altamente proveitoso um exame aproximado das representações sociais que orbitam em torno da lógica criminal angrense. Que desdobramentos o crescimento da violência traz para a gestão municipal? Como afeta a vida da população mais pobre? Buscamos respostas a estas outras perguntas na PARTE III do Relatório.

PARTE III – GESTÃO MUNICIPAL, PREVENÇÃO DA VIOLENCIA E AÇÃO DAS REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL

Um dos aspectos, aparentemente, contraditório dos estudos de segurança pública no Brasil jaz no fato dos índices de criminalidade terem crescido amplamente no período da democratização pós-1985.

Há de se compreender, como sugerem autores como E. Nascimento (2002) e Michel Misso (2008), que esse incremento está ligado a fatores diversos, mas que orbitam em torno de um processo de *acúmulo social da violência*, que poderia ser grosseiramente sintetizado, para fins presentes, como o resultado da incapacidade do Estado em promover a inclusão dos setores alijados do mercado formal de trabalho e do acesso a direitos civis e sociais, gerindo a manutenção da ordem social pela ótica da força e de mecanismos autoritários e violentos.

O uso desproporcional da força associado, não raro, com práticas ilegais e insidiosas das polícias nos anos 1950/60, como os “esquadrões da morte” e os “grupos de extermínio”, teriam fomentado a existência de lógicas extra-judiciais na administração de conflitos e combate à criminalidade. O cenário privilegiado de manifestação dessas práticas são as favelas e periferias, onde há pouca visibilidade social dos moradores (subjungados pelos estigmas de classe e de cor/“raça”) e poucos recursos de acionamento dos dispositivos legais de mediação/resolução de conflitos.

A ditadura militar tem impacto direto nesse processo, ao passo que limita os direitos políticos e concorre para a atrofia dos movimentos sociais, entre eles os movimentos sociais urbanos ligados à articulação comunitária e aos direitos dos grupos excluídos ou marginalizados. Favelados e periféricos se mantêm, destarte, mais afastados dos canais de reivindicação pautados pela clave dos princípios democráticos e mais próximos de uma “zona cinzenta”, marcada pela ilegalidade e por relações clientelistas com criminosos.

No caso do Rio de Janeiro, podemos observar a influência exercida pelo sistema de “apadrinhamento” dos “bicheiros” nos anos 1970/80 e, posteriormente, o avanço do tráfico de drogas e das milícias nas regiões mais pobres da Região Metropolitana e mesmo em cidades do interior.

Conforme aponta Fleury (et al, 2013), nos anos de 1980, a redemocratização encontra um cenário de enfraquecimento do poder de representatividade de várias lideranças comunitárias no Rio de

Janeiro, algumas cooptadas pelos partidos políticos, que buscavam ampliar sua área de influência junto a novos nichos eleitorais, outras já obliteradas pelo poder armado de traficantes.

É nesse contexto que se dá o crescimento da violência nas comunidades da capital. Ela caminha lado a lado à perda de poder das lideranças que nos anos 1950-70 estiveram ligadas à cruzada “antiremocionista”, a um processo lento e negociado de penetração de serviços essenciais (como água, luz elétrica e esgoto) e à emergência de organizações sociais atomizadas sem um projeto político claro em termos de agenda de desenvolvimento local.

A expansão do tráfico de drogas, enquanto “crime-negócio” (ZALUAR, 2007) atinge as cidades do interior do estado do Rio Janeiro, trazendo novos desafios para as municipalidades. Como lidar com um problema de alta complexidade, diante da recorrente estreiteza de recursos (orçamentários e institucionais) e das limitações de competência administrativa, já que a gestão das polícias é uma responsabilidade do governo do estado? Como pautar agendas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida dos setores mais vulneráveis se a violência urbana incide de forma nefasta sobre a articulação das políticas assistenciais mais capilares?

Neste bloco do Relatório, buscamos perscrutar quais são as respostas encontradas pelo município de Angra dos Reis para lidar com o problema da expansão da criminalidade, a partir da ótica das práticas preventivas.

Para tanto trataremos de três temas específicos: (a) violência doméstica/intrafamiliar; (b) rede de proteção social e prevenção da violência e (c) juventude(s) e inclusão.

III.I) VIOLÊNCIA DOMÉSTICA / INTRAFAMILIAR

Dois redirecionamentos foram centrais nas políticas de combate à violência doméstica no Brasil, desde os anos 1980. O primeiro deles é o reconhecimento do problema como um assunto de interesse público, superando sua abordagem como fenômeno restrito ao mundo privado.

O segundo, não menos importante, é o reconhecimento das diversas formas de violência (em suas variações psicológicas, morais e emocionais), para além da dimensão física, o que levou a questão para o âmbito das abordagens multi e intersetoriais e interdisciplinares.

Surgem, assim, as bases para o tratamento especializado da violência doméstica, bem como o esboço das abordagens intersetoriais, privilegiando a ação dos Centros de Referência da Mulher em compasso com o atendimento realizado no âmbito do sistema de justiça criminal.

Angra dos Reis teve sua Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) inaugurada no ano de 2014. A delegacia opera atualmente com doze agentes, sendo nove homens e três

mulheres. Sua demanda principal está no atendimento de casos de lesão corporal e ameaças, o que a coloca em sintonia com o padrão majoritário observado nas demais DEAMs. O atendimento, rotineiramente, é realizado pelos inspetores. Já os casos que representam maior risco para a vítima são atendidos diretamente pela Delegada.

GRÁFICO – 40 – TAXA DE AMEAÇAS POR 100.000 HAB. EM ANGRA DOS REIS

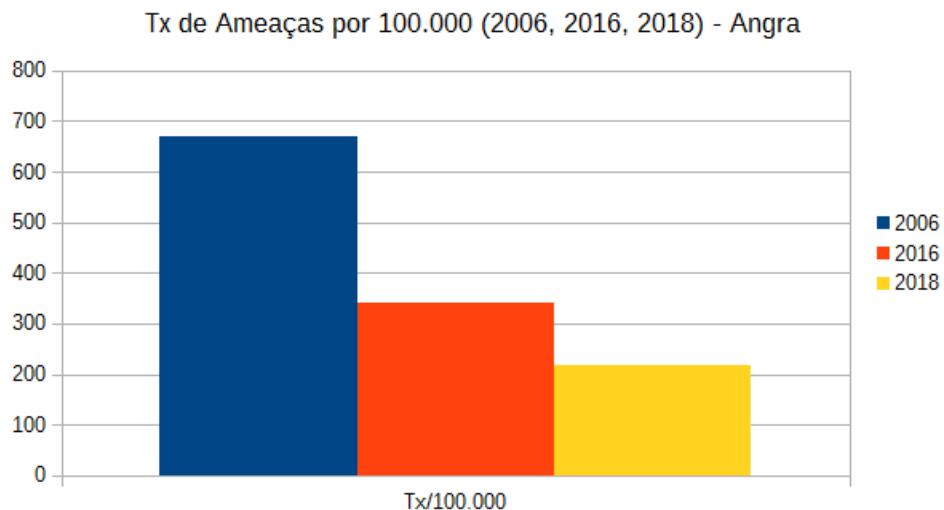
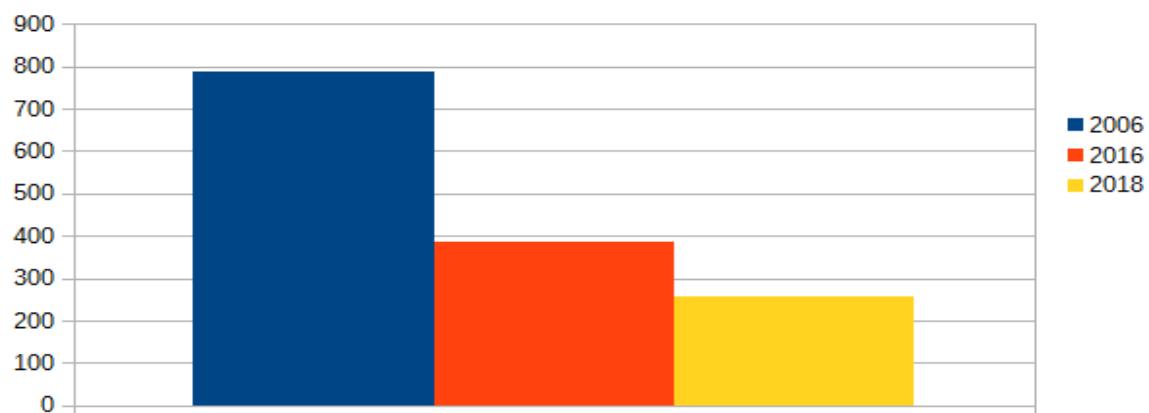


GRÁFICO 41 – TAXA DE LESÕES CORPORAIS DOLOSOSAS X 100.000 HAB. EM ANGRA DOS REIS

TX DE LCD POR 100.000 (2006, 2016, 2018) - ANGRA

sub-title



Fonte: ISP/RJ

Apesar das taxas decrescentes no período 2006-2018, estima-se um volume total de ocorrências elevado, fato que sempre suscita maior agilidade dos entes públicos no atendimento das vítimas e

maior sinergia entre os componentes da rede de proteção social, neste caso em particular, mulheres e crianças vítimas de violência doméstica.

Angra dos Reis, há pelo menos quatro anos, conta com um serviço especializado na área de Saúde, que é o Núcleo de Prevenção da Violência, que atua em consonância ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação, onde os profissionais de saúde compulsoriamente são obrigados a notificar a um banco de dados casos onde sejam detectados indícios de agressão (ESTANI, 2017). Houve, todavia, segundo entrevistados, um impasse para que as informações registradas na área de saúde fossem disponibilizadas para os profissionais da DEAM de forma que os registros médicos pudessesem ser anexados aos inquéritos policiais como componente material do indiciamento dos agressores. Segundo as entrevistas realizadas com os operadores da Polícia Civil, este imbróglio já teria sido superado.

A partir do trabalho de campo foi possível observar, sobretudo a partir das entrevistas realizadas com os técnicos do CREAS e CRAS que a violência doméstica tem um impacto profundo na vida das crianças e adolescentes, incidindo, indiretamente, sobre a temática da segurança urbana.

Ambientes familiares violentos compõem um cenário onde os casos de negligência, abandono, abusos são recorrentes. Outro fator relevante nesse cenário é o abuso de álcool e outras drogas que muitas vezes terminam impelindo o afastamento de crianças e jovens do lar, tornando-os um alvo mais vulnerável ao assédio do crime. Conforme revela uma entrevista conduzida pela orientanda Rejane Soares (2018) com o Conselho Tutelar, não seria um exagero dizer que a proteção social “tem perdido crianças” para o tráfico, uma vez que essas terminariam optando pela trajetória do crime como alternativa a uma vida de violações e abusos sofridos dentro de casa.

III.II) REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

O projeto de extensão do Diagnóstico de Segurança Pública e Social de Angra dos Reis, conforme já mencionado na introdução, consiste em uma etapa de uma série de pesquisas desenvolvidas a partir do ano de 2016 relacionadas à investigação das capacidades institucionais do município no enfrentamento da violência. A partir do desenho metodológico inicial, buscou-se privilegiar as ações de caráter preventivo.

Um dos aspectos que se destaca nesse processo é a identificação de uma restrita rede de proteção social operante no município. Diante do rareamento de ONGs, movimentos sociais, entidades filantrópicas, etc., observa-se uma concentração da demanda nos serviços da rede de assistência,

em particular o Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Esses, por sua vez, nem sempre encontram-se aptos a realizar o atendimento de forma plena, seja por excesso de demanda, seja pelo desfalque de profissionais nas equipes de atendimento.

Diante do que foi possível observar, esses órgãos atuam de forma sistêmica, integrados a outras instâncias ligadas, sobretudo, à disponibilização de benefícios sociais, garantia de acesso a direitos e proteção contra violações. Assim, são parceiros mais recorrentes do CRAS e CREAS:

- Casa Abrigo (Assistência Social);
- DEAM (Secretaria de Estado de Segurança Pública);
- Vara da Família, Juventude, Infância e Idoso (Judiciário);
- Ministério Público;
- Conselho Tutelar (Assistência Social);
- Centro de Atendimento Psicossocial para Álcool e Drogas (Saúde);
- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
- Secretaria de Educação.

A forma de inserção territorial se dá através dos CRAS, presentes nos seguintes territórios:

- Frade;
- Belém;
- Mambucaba;
- Nova Angra;
- Campo Belo;
- Bracuhy;
- Monsuaba

Em linhas gerais, os territórios cobertos pela presença dos CRAS são também aqueles mais vulneráveis e com níveis mais críticos de violência.

Um dos problemas da atuação em rede dos órgãos da assistência no município de Angra dos Reis jaz, exatamente, na concentração de demandas em órgãos do estado. Há limitação no acionamento de órgãos da sociedade civil organizada e mesmo uma restrição dessa malha.

Não há uma presença significativa de ONGs ou mesmo projetos sociais que possam dar suporte a ações claramente definidas na prevenção da violência.

Outro problema detectável é a baixa integração entre os órgãos da assistência e os órgãos da segurança pública e justiça. Diligências pontuais e apoio a visitas domiciliares realizadas por assistentes sociais foram registradas ao longo da pesquisa, mas sem que fosse identificado um padrão operacional definido em parceria com as polícias.

Em relação ao judiciário, temos a questão das “tomadas de decisão”, onde - sobretudo no caso dos jovens criminalmente implicados ou sujeitos à violação de direitos – podem ocorrer choques entre as ações empreendidas pelo sistema de justiça criminal e análise/diagnóstico feitos pelas operadoras da rede de proteção social.

A questão do acesso a famílias vulneráveis em territórios conflagrados revelou-se outro problema. Não foram poucos os técnicos sociais que revelaram dificuldade em operar dentro de determinadas comunidades em face da violência local. Alguns inclusive revelaram-se temerosos de trabalhar na função diante dos níveis de violência observado, sendo os programas de visita domiciliar (visitação *in loco*) o ponto mais crítico do repertório de atendimento (MONTEIRO, 2018). Há, ainda, uma problematização conceitual em jogo. Nem sempre foi possível identificar entre os entrevistados uma clareza a respeito do potencial das ações na prevenção da violência.

Via de regra, as operadoras da assistência compreendiam a divisão do trabalho de atendimento a partir de uma ótica esquemática, onde os casos de atendimento de necessidades básicas ficariam a encargo do CRAS, sendo os casos de violação de direitos acompanhados pelo CREAS. Esse modelo de atendimento é institucional e segue os parâmetros de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), há de se frisar.

A questão é que os operadores da ponta (os chamados burocratas de nível de rua) muitas vezes não têm a dimensão do potencial de suas ações em termos de prevenção da violência, não conseguem imaginar indicadores de avaliação que possam mensurar o impacto de tais ações e, ainda, não vislumbram a ampliação e aprofundamento das mesmas.

III.III) JUVENTUDE(S) E INCLUSÃO

Conforme observamos no tópico anterior, nem sempre foi possível identificar uma clareza, por parte dos operadores da rede de proteção social, acerca da relação de suas ações com a prevenção da violência urbana.

Essa relação esteve mais claro em casos ligados ao combate a casos de abuso e violência

doméstica, por exemplo. O mesmo em relação a ações que envolviam abrigamento por negligência ou violência e acompanhamento de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Já a percepção de ações mais genéricas como oficinas e projetos profissionalizantes, nem sempre tiveram seu potencial preventivo observado.

Recorrentemente, dois projetos foram mencionados com diretamente ligados ao atendimento de jovens (e daí sua relação com a prevenção da violência): o FORÇA NO ESPORTE e o GOLSOCIAL.

O FORÇA NO ESPORTE é desenvolvido em parceria com o Colégio Naval e se baseia na lógica da prática esportiva como desenvolvimento da cidadania, atendendo cerca de 120 crianças (entre 07 e 17 anos) atendidas pelo CRAS, que frequentam as dependências esportivas da base militar no contra-turno de suas atividades escolares.

No segundo semestre de 2018, foi noticiada uma visita oficial do Prefeito e comitiva para a negociação da ampliação do projeto que parece ter boa receptividade da população.

O GOL SOCIAL, por sua vez, é executado diretamente pelas unidades do CRAS e compõe o programa de Convivência e Reforço de Vínculos – que atende outras faixas de idade, combinando atividades de geração de renda e arte.

Como o próprio nome sugere, trata-se de um projeto aos moldes de “escolinha de futebol”, voltado para ambos os sexos (turmas mistas) e que conta com um programa de palestras de temas considerados relevantes para a vida e formação dos jovens (violência doméstica, discriminação racial, etc.).

É difícil estimar a abrangência do GOL SOCIAL, tendo em vista que seu volume de alunos oscila drasticamente entre os períodos de aula e férias escolares. De qualquer sorte não seria incorreto afirmar que o projeto cubra as regiões de atendimento dos CRAS, além de outros bairros pobres da cidade, com um atendimento médio de 50 alunos/semestre.

A participação no projeto é condicionada à frequência dos alunos, o que pode representar uma vantagem e um problema, simultaneamente: por um lado valoriza-se a vida estudantil e a permanência na escola, por outro, afasta-se os jovens que se encontram “fora da escola”, limitando o caráter inclusivo do projeto.

Como é possível constatar em outros Diagnósticos de Segurança Pública, há poucas ações focadas nos jovens que estejam em situação de risco, alta vulnerabilidade e/ou criminalmente implicados (CORRÊA, et. al, 2012).

O padrão de funcionamento dos projetos desenvolvidos nas regiões metropolitanas (salvo exceções, como o Projeto Luta Pela Paz, desenvolvido na Favela da Maré-RJ, por exemplo) tem sido a focalização em jovens que não tivessem ligação com o crime e que apresentassem algum tipo de

suporte familiar ou institucional.

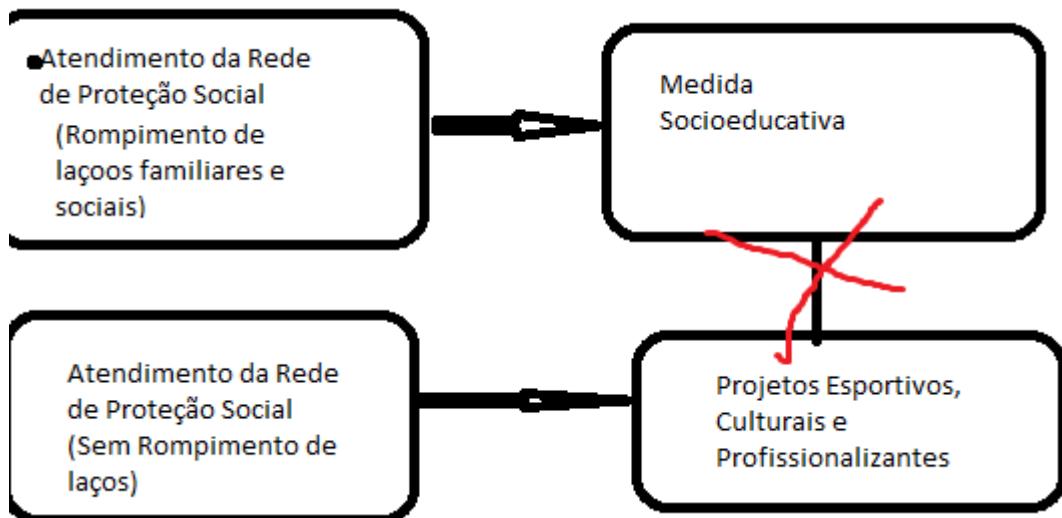
Os que se encontrassem fora dessas condições estariam mais próximos de uma rede de atendimento patrocinada pelo sistema de justiça criminal: as chamadas medidas socioeducativas.

O lado perverso dessa lógica operacional é a estigmatização e a restrição das oportunidades cedidas a jovens que muitas vezes entram no sistema de justiça criminal como acusados do crime de tráfico de drogas, sendo na verdade, usuários que podem ter confirmada ou não uma ligação mais orgânica com a organização do tráfico.

Neste sentido, percebe-se uma dificuldade para que os jovens a partir do contato com o sistema de justiça-criminal voltem a ter acesso a projetos que sejam capazes de favorecer sua reintegração com os espaços de convivência e com formas de sociabilidade menos afetadas pela marca da violência e do estigma.

Observamos, outrossim, que são grandes os limites da rede de proteção social e em ampliar seu raio de atendimento, chegando até as famílias dos jovens em “conflito com a lei”. Mesmo entre as crianças e adolescentes que se encontram abrigados (na Casa Abrigo Roger Agnelli) há diversos casos em que pode detectar uma grande dificuldade em: (1) ampliar o leque de possibilidades de desenvolvimento individual dos abrigados e (2) articular a cooperação da família de origem. Temos então o seguinte regime de encaminhamentos:

MODELO II – CICLO DE ENCAMINHAMENTO DE JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO



Haveria assim, uma espécie de linha de demarcação entre os jovens: (A) aqueles que ainda apresentam relação com a família (onde algum adulto está disposto a se responsabilizar por ele) e

com a escola e têm mais acesso e penetração a programas universais e (B) aqueles que pelo “rompimento de vínculos” e pela inserção no sistema de justiça criminal (os que têm “passagem”, para usar uma categoria comum) passam a frequentar outro circuito, mais restrito de opções.

Sobre os jovens em cumprimento de medida socioeducativa cabe frisar que trabalhamos apenas com os operadores que atendem os jovens em regime aberto, ou seja, que cometem crimes com baixo potencial ofensivo, quase sempre, posse de drogas.

Dentre um universo total de aproximadamente 20 jovens, temos o seguinte perfil:

- Predomínio dos rapazes;
- Predomínio dos casos envolvendo drogas;
- Escassez dos casos de dependência química;
- Recorrência do uso recreativo;
- Dificuldades de retomada do percurso formativo;
- Dificuldades de profissionalização, a partir da baixa escolaridade;
- Fissuras dos vínculos emocionais com as famílias;
- Escassez de projetos de geração imediata de renda.

Ao longo da pesquisa, foi possível a participação da equipe em uma reunião envolvendo pais e mães de jovens criminalmente implicados.

O último aspecto destacado na lista de tópicos anterior foi apontado por eles como de alta relevância, tendo em vista que o rendimento auferido com as transações ilícitas termina sendo superior aos ganhos normais de um adolescente sem qualificação no mercado.

Questões como as dificuldades em assumir rotinas e responsabilidades foram mencionadas ao longo da pesquisa. Neste sentido, o tema ausência da figura paterna fez-se presente em alguns dos encontros, sendo reconhecida a dificuldade em “domar o ímpeto” de jovens em um mundo de “muita liberdade e muitas possibilidades”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PARTE III

- Em linhas gerais podemos observar que há pouca disponibilização de políticas de inclusão social em Angra dos Reis para os jovens e, sobretudo, para os que estão criminalmente implicados, a despeito do grau de gravidade dos delitos cometidos;
- Os programas de inclusão com potencial preventivo analisados procuram envolver as

famílias e a comunidade escolar, o que se demonstra como algo positivo, como no caso do GOL SOCIAL. O problema jaz exatamente no atendimento dos jovens que passam por situações de distúrbios familiares, se encontram criminalmente implicados e/ou encontram-se fora da escola;

- Há pouca articulação entre órgãos da rede de proteção social e o sistema de justiça criminal;
- Há pouca clareza a respeito dos mecanismos de avaliação dos projetos com potencial preventivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PESQUISA

Como sinalizado na Introdução, tomamos a prevenção da violência como um fenômeno que extrapola a ação isolada das polícias. Essa percepção foi cabal em projetos e programas de sucesso que conseguiram reduzir a violência em diversos países.

A questão é complexa, de certo. Ao lado de programas de revitalização de áreas degradadas e articulação comunitária encontram-se estratégias que são também de grande complexidade como: (a) modernização e profissionalização das polícias; (b) gestão racional de um sistema integrado de informações; (c) monitoramento externo dos casos de excessos e violência policial; (d) inclusão da sociedade civil nos assuntos de segurança; (e) enfrentamento sistemático do tráfico de drogas e armas – passando pelo policiamento das fronteiras, uso de recursos estratégicos e informacionais para desbaratar quadrilhas e facções; (f) combate à lavagem de dinheiro por criminosos que operam em âmbito internacional e não apenas no varejo das drogas, etc.

Ainda assim, acreditamos que nossa pesquisa possa contribuir para uma discussão junto aos gestores angrenses “saídas possíveis” para a redução da violência.

Encerramos o relatório com o delineamento de um quadro sinótico de identificação dos problemas mais graves na área de segurança e dos passos a serem tomados na sua superação.

O desdobramento imediato desse projeto foi a apresentação de proposta para o Edital PROEX/UFF 2019 do PLANO DE PREVENÇÃO DE VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS, a ser desenvolvido em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Problema	Próximo Passo
Crescimento absoluto da criminalidade	.Superação da percepção de que a origem do

violenta e dos crimes contra o patrimônio no município	<p>crescimento da violência local é um efeito colateral da violência na capital propiciando maior engajamento e comprometimento local nos assuntos de segurança;</p> <p>.Maiores investimentos no patrulhamento ostensivo das áreas de maior concentração comercial, em particular Centro, Japuíba e Mambucaba.</p>
Aumento absoluto das ações criminais ligadas ao tráfico de drogas	<p>.Rompimento do sistema de vínculos estabelecidos entre os jovens recém-inseridos no crime e as facções criminosas da capital, ocorrido, sobretudo, no período de cumprimento da pena nos presídios do Rio de Janeiro. A regionalização do sistema de cumprimento de pena apresenta-se como saída a ser avaliada.</p>
Aumento do número de jovens apreendidos por uso ou tráfico de drogas	<p>.Fortalecimento de políticas de atenção aos usuários, orientadas pela lógica do atendimento psicossocial e não apenas pela lógica repressiva/punitiva. As estratégias de redução de danos empreendidas em programas como “Crack é possível vencer” podem ser avaliadas.</p>
Dificuldades de capilarização das políticas de assistência em áreas conflagradas	<p>. Treinamento dos agentes sociais para situações de risco, como tiroteios; operações policiais; etc;</p> <p>. Elaboração de um protocolo de ações por parte dos operadores sociais para situações de risco, o que deve envolver a Superintendência de Segurança e as polícias civil e militar do Rio de Janeiro;</p> <p>.Desenvolvimento de ações de articulação comunitária, de modo que os operadores tenham sempre um leque de atores</p>

	<p>estratégicos (presidentes de associações, líderes religiosos, etc.) em cada comunidade atendida que possam ser acionados em situações de risco, obliteração ou intimidação.</p> <ul style="list-style-type: none"> . Criação de uma rede integrada de informação e atenção, envolvendo escolas, CRAS, CREAS, Vara da Família...), Casa Abrigo, Superintendência de Segurança, Universidades, Saúde e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.
Atendimento a jovens (e famílias) criminalmente implicados em delitos de baixo potencial ofensivo	<ul style="list-style-type: none"> . Fomento de projetos de geração de renda que não necessariamente estejam condicionados à escolaridade mínima ou experiência profissional prévia. Ex: programas de empreendedorismo em campos como gastronomia, grafite, construção civil e produção de eventos; . Superação de uma percepção estigmatizante por parte dos operadores dos projetos sociais, que, via de regra, tendem a excluir jovens com esse perfil das atividades regulares destinadas aos jovens que não estão criminalmente implicados.
Inserção social de jovens criminalmente implicados	<ul style="list-style-type: none"> . Criação de um Fórum Regional (Costa Verde) de Prevenção da Violência, formado por gestores e sociedade civil (Igrejas, universidades, projetos sociais, etc.); . Fortalecimento e intensificação das ações do Gabinete de Gestão Integrada; . Instituição do Conselho Comunitário de Segurança Pública; . Fortalecimento de vínculos entre DP 166; DEAM e 33. Batalhão de Polícia Militar e comunidade, observando o atendimento de

vítimas de violação de direitos e de violência doméstica;

.Criação de um Fórum Virtual de Debates envolvendo os gestores da Rede de Proteção Social voltado ESPECIFICAMENTE para a discussão de casos concretos e tomadas de decisão, envolvendo: Casa Abrigo; Comissariado; CREAS, Vara da Família, Judiciário e outros.

Gestão em prevenção da violência

. Construção de Grupos de Trabalho capitaneados pelo CREAS e pela Superintendência de Segurança Pública que possam propor e testar indicadores de avaliação dos projetos potencialmente associados à prevenção da violência;

. Alimentação e atualização de uma base municipal de dados sobre criminalidade e violência o que pode envolver a Universidade Federal Fluminense, o Observa Angra (Sup. De Políticas Públicas) e o GGIM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAYLEY, D; Sckolnick, Jerome. A Nova Polícia. Inovações nas Polícias de seis cidades Norte-Americanas. São Paulo: Edusp, 2001
- BEATO, C. Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial. São Paulo em Perspectiva, 13(4), pp. 13-27, 1999.
- BORGES, Doriam; Dirk, R. Compreendendo os dados de violência e criminalidade. In: Polícia e Comunidade : Temas e desafios para a implantação dos Conselhos Comunitários de Segurança (pp 115-138), ISP: 2006.
- CORREA, R. et al. Diagnóstico de Segurança Pública de Itatiaia. Rio de Janeiro, Imagem e Texto, 2012.
- ESTANI, G. O NÚCLEO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E PROMOÇÃO DA CULTURA DA PAZ EM ANGRA DOS REIS: UMA DESCRIÇÃO INICIAL. Ano 3 • Nº 6 • janeiro-março de 2017.

FLEURY, S. et al. LE MONDE DIPLOMATIQUE (BRASIL): Entrevista com Itamar Silva sobre o tema Cidades Controladas. Fevereiro de 2013.

GIDDENS. A. As Consequências da Modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GITAHY, L.; JESUS, C. Transformações na Indústria de Construção Naval Brasileira e seus Impactos no Mercado de Trabalho (1997-2007). Apresentação no Segundo Congresso Lusófono de Desenvolvimento Regional. Cabo Verde, 2010.

LOPES. J.B. Desenvolvimento e Mudança Social. São Paulo: Cia. Das Letras, 1972.

MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015. São Paulo/Flasco, 2015.

MACHADO DA SILVA. L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Soc. estado. vol.19 no.1 Brasília Jan./June 2004**

MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Revista Civitas. V3. N.08, 2008.

MONTEIRO, F.D. PROVAÇÕES NO PARAÍSO? REPRESENTAÇÕES E DISCURSOS SOBRE CRIMINALIDADE URBANA EM MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO RIO DE JANEIRO: o caso de Angra dos Reis. INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, vol. 9, n.1, 2018, p.115-135.

MUNIZ, J. e PROENÇA JR. D. Bases Conceituais de Métricas e Padrões de Medida de Desempenho Policial. In: Polícia, Estado e Sociedade Práticas e Saberes Latino Americanos. CARUSO, H; MUNIZ, J. e BLANCO, A.C. Rio de Janeiro: Viva Rio, 2007.

NASCIMENTO, E.P. Violência e Segurança Pública no Brasil e na América Latina. Violência Urbana – eixo da conjuntura social brasileira no final do século XX. In. ZAVERUCHA, J; ROSÁRIO, M; BARROS, N. Políticas de Segurança Pública: dimensão da formação e impactos sociais. Recife: Massangana, 2002.

RIO DE JANEIRO: TCE/FIRJAN, Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminenses, 2015.

SOARES, R. A política de acolhimento institucional para crianças e adolescentes em Angra dos Reis. Um estudo sobre a Casa Abrigo Roger Agnelli e as políticas de proteção social. Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Políticas Públicas/UFF, 2016.

TEODORO DA SILVA, E. MECANISMOS DE MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DE UMA COMUNIDADE EM MUDANÇA: IMPACTOS DA TURISTIFICAÇÃO E DO CRESCIMENTO POPULACIONAL NA VILA DO ABRAÃO (ANGRA DOS REIS-RJ). Trabalho de Conclusão de Curso. Bacharelado em Políticas Públicas/UFF, 2016.

ZALUAR, A. Polícia e Juventude na Era da Globalização. In: BLANCO, C. e CARUSO, H. (Orgs). Polícia e Sociedade. Rio de Janeiro. Imagem e Texto, 2007.

